





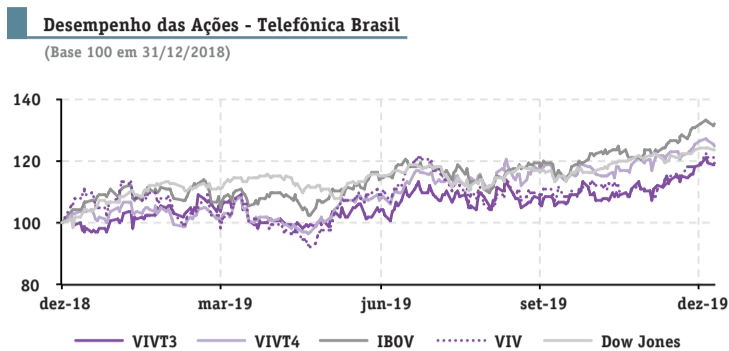
## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### 10. Mercado de Capitais

As ações ordinárias (VIVT3) e preferenciais (VIVT4), negociadas na B3, encerraram o ano de 2019 cotadas a R\$ 49,04 e R\$ 57,98, apresentando uma valorização de 18,8% e 25,4%, respectivamente, em relação aos preços de fechamento do ano de 2018. No mesmo período, o volume médio diário de negociação das ações VIVT3 e VIVT4 foi de R\$ 2.252 mil e R\$ 87.061 mil, respectivamente. O retorno total ao acionista (TSR) atingiu 26,9% para as ações ordinárias e 33,4% para as ações preferenciais nos últimos 12 meses.

As ADRs (VIV), negociadas na NYSE, encerraram o quarto trimestre de 2019 cotadas a US\$ 14,32, valorizando-se 20,0% em comparação ao preço de fechamento de 2018. No mesmo período, o volume médio diário de ADRs foi de US\$ 19.819 mil.

O gráfico a seguir representa o desempenho das ações no último ano:



### 10.1 Remuneração ao acionista

Conforme estabelecido no Estatuto Social, a Companhia deve distribuir como dividendo um mínimo de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, sendo assegurado aos acionistas detentores de ações preferenciais um valor 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária.

Os juros sobre capital próprio e dividendos declarados pela Telefônica Brasil com base no lucro do exercício de 2019 totalizaram R\$ 5,8 bilhões, em *payout* de 116%, conforme relacionado na tabela a seguir:

2019	Deliberação	Posição Acionária	Valor Bruto (R\$ Milhões)	Valor Líquido (R\$ Milhões)	Classe de Ação	Valor Bruto por Ação (R\$)	Valor Líquido por Ação (R\$)	Data de Pagamento
Dividendos (base em dez/19)	a ser deliberado em 08/04/2020¹	08/04/2020	2.196	2.196	ON	1,219332	1,219332	Dezembro/20
					PN	1,341265	1,341265	
Dividendos (base em nov/19)	19/12/2019	30/12/2019	1.000	1.000	ON	0,555362	0,555362	Agosto/20
					PN	0,610898	0,610898	
JSCP (base em nov/19)	19/12/2019	30/12/2019	350	298	ON	0,194377	0,165220	Agosto/20
					PN	0,213814	0,181742	
JSCP (base em 2019)	17/06/2019	28/06/2019	968	823	ON	0,537590	0,456952	Agosto/20
					PN	0,591349	0,502647	
JSCP (base em mar/19)	17/04/2019	30/04/2019	570	485	ON	0,316556	0,269073	Agosto/20
					PN	0,348212	0,295980	
JSCP (base em 2019)	15/02/2019	28/02/2019	700	595	ON	0,388753	0,330440	Agosto/20
					PN	0,427629	0,363484	

1 - Dividendo proposto pela Administração para futura deliberação na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 08 de abril de 2020.

### 11. Perspectivas

A crescente importância dos serviços digitais está transformando os padrões de consumo em telecomunicações. Clientes exigem não apenas melhores conexões e maiores velocidades de tráfego, mas também uma agregação completa de serviços digitais relevantes, com uma experiência cada vez mais personalizada. Além disso, a reputação da marca e as preocupações com segurança e privacidade de dados estão se tornando cada vez mais importantes para as escolhas dos clientes, apoiadas pela nova Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que passará a vigorar em 2020.

O cenário macroeconômico deve continuar em recuperação, com a busca de significativas reformas políticas e econômicas pelo novo governo, com a aprovação da Reforma da Previdência Social. Um posicionamento mais pró-mercado também tende a favorecer o cenário regulatório, com a sanção do PLC 79 sendo uma demonstração desta abordagem. Tais medidas contribuem para a recuperação do setor de telecomunicações. Pelo lado das receitas, a oferta de serviços convergentes e o consumo exponencial de dados e serviços digitais sobre conectividade continuarão essenciais para o crescimento. Além disso, o ambiente competitivo deve se tornar mais propício para fusões e aquisições e focado na oferta de produtos e serviços diferenciados, tanto tradicionais quanto digitais, além de oferecer qualidade e melhor experiência ao cliente, o que exigirá maiores investimentos em tecnologias mais novas e eficientes, como FTTH e 4G.

Nesse contexto, a Telefônica Brasil está bem estruturada para manter sua liderança no mercado brasileiro de telecomunicações e continuar atendendo seus mais de 93 milhões de clientes. Relevância, Receita, Retorno, Responsabilidade e Motivação compõem os pilares estratégicos da Companhia que lhe permitirão alcançar o seu propósito de digitalizar para aproximar.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18			31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
<b>Ativo circulante</b>		<b>18.371.347</b>	<b>18.241.374</b>	<b>18.644.678</b>	<b>18.362.992</b>	<b>Passivo circulante</b>		<b>17.698.033</b>	<b>17.164.957</b>	<b>17.732.088</b>	<b>17.160.820</b>
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.106.269	3.275.300	3.393.377	3.381.328	Pessoal, encargos e benefícios sociais	15	724.194	765.098	752.246	782.630
Contas a receber	4	8.675.720	8.246.991	8.719.497	8.304.382	Fornecedores	16	6.917.252	7.746.133	6.871.799	7.642.782
Estoques	5	573.483	460.800	578.003	462.053	Imposto de renda e contribuição social a recolher	7	-	-	6.585	12.009
Despesas antecipadas	6	684.972	581.261	686.503	581.743	Impostos, taxas e contribuições a recolher	17	1.116.229	1.739.516	1.139.812	1.797.965
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7	408.405	274.027	411.595	274.589	Dividendos e juros sobre o capital próprio	18	3.587.417	4.172.916	3.587.417	4.172.916
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	8	4.170.350	4.671.959	4.176.362	4.674.218	Provisões e contingências	19	365.278	377.926	374.445	377.929
Depósitos e bloqueios judiciais	9	277.007	312.820	277.468	313.007	Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	20	1.225.962	1.464.166	1.225.962	1.464.166
Dividendos e juros sobre o capital próprio	18	72.900	51.785	-	-	Receitas diferidas	21	506.181	525.509	506.181	525.509
Instrumentos financeiros derivativos	31	19.282	69.065	19.282	69.065	Instrumentos financeiros derivativos	31	1.921	16.158	1.921	16.538
Outros ativos	10	382.959	297.366	382.591	302.607	Outros passivos	22	353.635	357.535	353.635	368.376
<b>Ativo não circulante</b>		<b>89.709.031</b>	<b>84.192.902</b>	<b>89.645.044</b>	<b>84.198.326</b>	<b>Passivo não circulante</b>		<b>19.926.767</b>	<b>13.662.292</b>	<b>20.102.056</b>	<b>13.793.471</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>5.090.417</b>	<b>7.379.263</b>	<b>5.418.577</b>	<b>7.760.357</b>	Pessoal, encargos e benefícios sociais	15	35.958	11.850	36.028	11.903
Aplicações financeiras em garantia		63.558	76.717	63.766	76.934	Imposto de renda e contribuição social a recolher	7	86.512	-	86.512	-
Contas a receber	4	440.453	426.252	440.453	426.252	Impostos, taxas e contribuições a recolher	17	239.074	39.245	285.055	39.245
Despesas antecipadas	6	220.077	134.209	220.082	134.232	Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	3.146.453	1.982.952	3.146.453	1.982.952
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	-	-	171.042	230.097	Provisões e contingências	19	5.039.695	5.754.207	5.160.973	5.881.396
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	8	841.196	3.222.262	841.198	3.222.262	Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos	20	9.698.041	4.675.271	9.698.183	4.675.271
Depósitos e bloqueios judiciais	9	3.236.840	3.446.866	3.393.417	3.597.007	Receitas diferidas	21	208.229	250.526	211.901	250.526
Instrumentos financeiros derivativos	31	52.881	26.468	52.881	26.468	Instrumentos financeiros derivativos	31	54.212	22.845	54.212	22.845
Outros ativos	10	235.412	46.489	235.738	47.105	Outros passivos	22	1.418.593	925.396	1.422.739	929.333
<b>Investimentos</b>		<b>11.516.513</b>	<b>484.108</b>	<b>10.425.111</b>	<b>101.657</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>37.624.800</b>	<b>30.827.249</b>	<b>37.834.144</b>	<b>30.954.291</b>
<b>Imobilizado</b>		<b>42.831.369</b>	<b>34.109.139</b>	<b>42.847.264</b>	<b>34.115.327</b>	<b>Patrimônio líquido</b>		<b>70.455.578</b>	<b>71.607.027</b>	<b>70.455.578</b>	<b>71.607.027</b>
<b>Intangível</b>		<b>41.270.732</b>	<b>42.220.392</b>	<b>41.274.952</b>	<b>42.220.985</b>	Capital social	23	63.571.416	63.571.416	63.571.416	63.571.416
						Reservas de capital	23	1.165.463	1.213.532	1.165.463	1.213.532
						Reservas de lucro	23	3.492.387	4.324.170	3.492.387	4.324.170
						Outros resultados abrangentes acumulados	23	30.737	29.225	30.737	29.225
						Dividendo adicional proposto	23	2.195.575	2.195.575	2.195.575	2.195.575
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>108.080.378</b>	<b>102.434.276</b>	<b>108.289.722</b>	<b>102.561.318</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>108.080.378</b>	<b>102.434.276</b>	<b>108.289.722</b>	<b>102.561.318</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
<b>Receita operacional líquida</b>	24	<b>43.506.637</b>	<b>37.982.772</b>	<b>44.268.171</b>	<b>43.462.740</b>
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	25	(22.028.505)	(19.820.589)	(22.158.947)	(21.025.767)
<b>Lucro bruto</b>		<b>21.478.132</b>	<b>18.162.183</b>	<b>22.109.224</b>	<b>22.436.973</b>
<b>Recargas (despesas) operacionais</b>		<b>(14.717.628)</b>	<b>(11.034.036)</b>	<b>(14.895.300)</b>	<b>(12.980.789)</b>
Despesas com comercialização	25	(12.654.368)	(12.037.145)	(12.701.222)	(12.832.741)
Despesas gerais e administrativas	25	(2.474.931)	(2.508.829)	(2.498.096)	(2.598.970)
Outras receitas operacionais	26	1.026.285	4.757.154	929.498	4.077.003
Outras despesas operacionais	26	(614.614)	(1.245.216)	(625.480)	(1.626.081)
<b>Lucro operacional</b>		<b>6.760.504</b>	<b>7.128.147</b>	<b>7.213.924</b>	<b>9.456.184</b>
Receitas financeiras	27	1.109.686	3.991.108	1.132.870	4.112.640
Despesas financeiras	27	(1.937.399)	(2.254.244)	(1.953.011)	(2.285.487)
Resultado de equivalência patrimonial	11	302.595	1.576.831	752	(5.847)
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>6.235.386</b>	<b>10.441.842</b>	<b>6.394.535</b>	<b>11.277.490</b>
Imposto de renda e contribuição social	7	(1.234.372)	(1.513.584)	(1.393.521)	(2.349.232)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>5.001.014</b>	<b>8.928.258</b>	<b>5.001.014</b>	<b>8.928.258</b>
Lucro básico e diluído por ação ordinária (em R\$)	23	2,78	4,96		
Lucro básico e diluído por ação preferencial (em R\$)	23	3,06	5,45		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
<b>Recargas</b>		<b>57.246.260</b>	<b>56.206.482</b>	<b>58.008.191</b>	<b>61.135.271</b>
Venda de mercadorias e serviços		57.285.735	51.809.626	58.162.533	58.022.656
Outras receitas		1.618.944	5.712.392	1.528.006	4.646.275
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber		(1.658.419)	(1.315.536)	(1.682.348)	(1.533.660)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		<b>(19.603.674)</b>	<b>(18.671.456)</b>	<b>(19.710.134)</b>	<b>(20.184.164)</b>
Custo dos produtos, mercadorias e dos serviços vendidos		(11.436.415)	(10.084.028)	(11.534.135)	(11.337.753)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(8.593.533)	(8.695.085)	(8.600.235)	(8.956.215)
Perda/Recuperação de ativos		426.274	107.657	424.326	109.804
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>37.642.586</b>	<b>37.535.026</b>	<b>38.298.057</b>	<b>40.951.107</b>
<b>Retenções</b>		<b>(10.916.303)</b>	<b>(8.335.746)</b>	<b>(10.919.792)</b>	<b>(8.368.623)</b>
Depreciação e amortização		(10.916.303)	(8.335.746)	(10.919.792)	(8.368.623)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>		<b>26.726.283</b>	<b>29.199.280</b>	<b>27.378.265</b>	<b>32.582.484</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		<b>1.412.281</b>	<b>5.567.939</b>	<b>1.133.622</b>	<b>4.106.793</b>
Resultado de equivalência patrimonial		302.595	1.576.831	752	(5.847)
Receitas financeiras		1.109.686	3.991.108	1.132.870	4.112.640
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>28.138.564</b>	<b>34.767.219</b>	<b>28.511.887</b>	<b>36.689.277</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		<b>28.138.564</b>	<b>34.767.219</b>	<b>28.511.887</b>	<b>36.689.277</b>
Pessoal, encargos e benefícios sociais		4.167.675	4.049.406	4.240.037	4.514.299
Remuneração direta		2.812.355	2.840.550	2.859.812	3.127.787
Benefícios		1.170.901	1.047.278	1.191.461	1.199.558
FGTS		184.419	161.578	188.764	186.954
Impostos, taxas e contribuições		15.638.136	16.525.666	15.920.582	17.930.880
Federal		5.232.377	6.092.251	5.476.819	7.367.085
Estadual		10.174.013	10.255.529	10.191.566	10.278.645
Municipal		231.746	177.886	252.197	285.150
Remuneração de capitais de terceiros		3.331.739	5.263.889	3.350.254	5.315.840
Juros		1.909.413	2.081		

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)****1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES****a) Informações gerais**

A Telefônica Brasil S.A. (“Companhia” ou “Telefônica Brasil”), é uma sociedade por ações de capital aberto, tendo como objeto social a exploração de serviços de telecomunicações; desenvolvimento das atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as concessões, autorizações e permissões que lhes foram outorgadas; exploração de serviços de valor adicionado; exploração de soluções integradas, gestão e prestação de serviços relacionados a: (i) *data center*, incluindo hospedagem e *colocation*; (ii) armazenamento, processamento e gerenciamento de dados, informações, textos, imagens, vídeos, aplicativos e sistemas de informações e congêneres; (iii) tecnologia da informação; (iv) segurança da informação e da comunicação; (v) telecomunicações; e (vi) sistemas de segurança eletrônica; licenciamento e subsbenciamento de *softwares* de qualquer natureza, entre outros.

A Companhia tem sua sede à Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, na capital do Estado de São Paulo, Brasil e pertence ao Grupo Telefônica (“Grupo”), com sede na Espanha e presente em diversos países da Europa e América Latina.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Telefônica S.A. (“Telefônica”), empresa *holding* do Grupo, possuía uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia de 73,58% (nota 23).

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na B3. É também registrada na *Securities and Exchange Commission* (“SEC”), dos Estados Unidos da América, sendo suas *American Depositary Shares* (“ADSs”) classificadas no nível II, listreadas apenas em ações preferenciais e negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (“*New York Stock Exchange*” - “NYSE”).

**b) Operações**

A Companhia atua na prestação de: (i) Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”); (ii) Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM” - comunicação de dados, inclusive *internet* em banda larga); (iii) Serviço Móvel Pessoal (“SMP”); e (iv) Serviço de Acesso Condicionado (“SEAC” - TV por assinatura) em todo o território brasileiro, através de concessões e autorizações, além de outras atividades.

As concessões e autorizações são outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”), órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da Lei Geral das Telecomunicações (“LGT”), Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

De acordo com o contrato de concessão do STFC, a cada biênio, os termos de autorização de 20 anos do contrato, tendo validade até 31 de dezembro de 2025, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 22).

Com a sanção da Lei nº 13.879/2019, os termos de autorização de uso de radiofrequências associadas ao SMP poderão ser prorrogáveis por sucessivos períodos - até então, era admitida uma única renovação com vigência de até 15 anos. A prorrogação desses termos é outorgada a título oneroso.

Atualmente, a cada biênio, após a primeira renovação, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita do SMP do ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 22), sendo que, para determinados termos, no 15º ano a Companhia deverá pagar 1% de sua receita no ano anterior. No cálculo será considerada a receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos (nota 22).

Os termos de autorização (“TA”) da Companhia para exploração do SMP, conforme o Plano Geral de Autorização do SMP (“PGA”), são: (i) Região I - TA nº 078/2012/PVCP/SPV-ANATEL; (ii) Região II - TA nº 005/2010/PVCP/SPV-ANATEL; e (iii) Região III - TA nº 006/2010/PVCP/SPV-ANATEL.

Os termos de autorização para uso das faixas de radiofrequências são outorgados em função dos resultados obtidos nos respectivos leilões de faixas de radiofrequências, realizados pela ANATEL.

A seguir, apresentamos um resumo das autorizações para uso de faixas de radiofrequência, outorgadas para a Companhia, conforme os termos de autorização para exploração do serviço em cada região.

Radiofrequência	Banda (MHz)	Vencimento das autorizações
450 MHz	14	2027
700 MHz	20	2029
800 MHz	25	2020-2028
900 MHz	5	2020-2023
1800 MHz	20-50	2020-2023
2100 MHz	20-30	2023
2500 MHz	40-60	2027-2031

**c) Eventos societários ocorridos em 2019 e 2018****c.1) Aquisição de sociedade por controlada integral - 2019**

Em 26 de setembro de 2019, a subsidiária integral da Companhia, Terra Networks Brasil S.A. (“Terra Networks”), adquiriu a totalidade das quotas representativas do capital social da Telefônica Infraestrutura e Segurança Ltda (“TIS”), pertencentes à Telefônica Ingeniería de Seguridad S.A. e Telefônica Digital Españá, S.L.U. (“Terra”).

A TIS é uma sociedade que se dedica à exploração e fornecimento de serviços e tecnologia de sistemas de segurança da informação, suporte técnico e outros serviços relacionados à infraestrutura, tecnologia e informação.

A Operação permitirá que a Terra Networks, que tem como atividades, dentre outras, o desenvolvimento de sistemas de informática, amplie a consultoria e assistência operacional, maximize a comercialização de sistemas, licenças e aplicativos, possibilitando a ampliação do *portfólio* de serviços profissionais e gerenciados e a integração das ofertas comerciais da TIS e da Terra Networks, propiciando a geração de valor agregado para a carteira de clientes da Companhia graças à atuação das empresas envolvidas sob a mesma gestão, nas atividades de tecnologia da informação, segurança, IoT e conectividade.

O preço total pago como contraprestação pela aquisição das quotas de emissão da TIS foi de R\$70.844, em parcela única, sem necessidade de qualquer financiamento, utilizando apenas o caixa disponível da Terra Networks. O referido valor foi calculado com base no valor econômico da TIS, segundo o critério de fluxo de caixa descontado, com data-base de 31 de agosto de 2019, baseado em laudo de avaliação contratado pela Diretoria da Terra Networks.

O contrato de venda e compra contém termos e disposições comuns a esse tipo de transação, tais como declarações e garantias das vendedoras, indenização e outras. A Operação foi, ainda, precedida de uma auditoria contábil, financeira, legal e procedimental em relação à TIS.

A Operação não foi sujeita à obtenção de quaisquer autorizações regulatórias ou de aprovações por órgãos da Companhia, tendo sido aprovada pela Diretoria da Terra Networks nos termos de estatuto social desta.

A Operação não alterou a estrutura acionária da Companhia nem causou qualquer diluição aos seus acionistas, gerando valor a estes através de aceleração do seu crescimento e aumento da eficiência operacional.

**Método de Contabilização**

Esta Operação que, conforme descrito anteriormente, envolve sociedades sob controle comum, foi contabilizada pelo valor contábil dos ativos líquidos adquiridos (“*Predecessor Value Method*”), por não terem sido atendidos determinados requisitos para a utilização do método de aquisição previsto no CPC 15 (R1)/IFRS 3 (R). Consequentemente, a diferença entre a contraprestação dada em troca da participação societária obtida e o valor dos ativos líquidos adquiridos foi registrada no patrimônio líquido da Terra Networks.

Com a conclusão da Operação, a partir de 1º de setembro de 2019, a TIS passou a ser controlada direta da Terra Networks e indireta da Companhia.

A seguir, apresentamos a composição do valor contábil dos ativos líquidos identificáveis adquiridos no montante de R\$22.709.

Ativo circulante	46.841	Passivo circulante	35.044
Caixa e equivalentes de caixa	5.760	Pessoal, encargos e benefícios sociais	7.044
Contas a receber	32.862	Fornecedores	16.608
Estoques	4.119	Impostos, taxas e contribuições a recolher	2.443
Despesas antecipadas	568	Provisões	7.812
Depósitos e bloqueios judiciais	214	Outras obrigações	1.137
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	951		
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	2.024	<b>Passivo não circulante</b>	<b>3.257</b>
Outros ativos	343	Impostos, taxas e contribuições a recolher	351
		Receitas diferidas	877
<b>Ativo não circulante</b>	<b>14.169</b>	Outras obrigações	2.029
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	2	<b>Valor contábil dos passivos assumidos</b>	<b>38.301</b>
Depósitos e bloqueios judiciais	3.348	<b>Valor contábil dos ativos líquidos identificáveis adquiridos</b>	<b>22.709</b>
Outros ativos	11	<b>Contraprestação dada pela aquisição</b>	<b>70.844</b>
Imobilizado	10.212		
Intangível	596		
<b>Valor contábil dos ativos adquiridos</b>	<b>61.010</b>	<b>Ajuste nos patrimônios líquidos na Terra Networks e Companhia</b>	<b>48.135</b>

**Outras Informações**

O valor contábil líquido das contas a receber de serviços prestados pela TIS na data da aquisição totalizava R\$32.862, o qual não diferia do valor bruto de R\$44.754, líquido de perdas estimadas para redução ao valor recuperável no valor de R\$11.892.

**c.2) Reestruturação societária - 2018**

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) realizada em 30 de novembro de 2018, foi aprovada a reestruturação societária, com a incorporação da controlada integral Telefônica Data S.A. (“TData”) pela Companhia, com efeitos operacionais a partir de 1º de dezembro de 2018.

A TData era controlada integral da Companhia, com sede no Brasil, tinha como objeto a prestação de serviços, incluindo, a disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdo de áudio, vídeo, imagem e texto, aplicativos e congêneres, a exploração de soluções integradas e a prestação de serviços de valor adicionado.

A TData era a controladora da Telefônica Transportes e Logística Ltda (“TGLog”), que explora a atividade de logística; a administração e exploração de armazéns gerais e aduaneiros em todo território nacional, entre outras atividades de logística e da Terra Networks, que presta de serviços digitais (serviços de valor adicionado (“SVA”) próprios e de terceiros e *carrier billing*, bem como canais *mobile* para vendas e relacionamento) e publicidade, ambas sociedades com sede no Brasil.

A incorporação da TData teve como objetivo a padronização da prestação dos serviços, a simplificação da estrutura organizacional e societária atual do Grupo, bem como auxílio na integração dos negócios da Companhia com a TData.

A TData foi avaliada nos termos do disposto no art. 227 da Lei nº 6.404/76, com base nos respectivos valores contábeis, na data-base de 30 de setembro de 2018. As variações patrimoniais ocorridas na TData entre a data-base e a efetivação da incorporação foram absorvidas pela Companhia.

A incorporação sujeitou-se a condições usualmente aplicáveis a este tipo de transação, tendo sido precedida de uma auditoria legal e financeira em relação à TData e avaliação por empresa independente.

Dado que a incorporação da TData pela Companhia não acarretou aumento de capital ou alteração nas participações dos acionistas da Companhia, uma vez que a TData era controlada integral da Companhia, não há que se falar em relação de substituição de ações dos acionistas da TData por ações da Companhia, também não havendo, por consequência, interesses de acionistas minoritários a serem tutelados e, portanto, segundo entendimento da CVM em casos precedentes semelhantes e nos termos do disposto na Deliberação CVM nº 559/08, também não se aplica o disposto no artigo 264 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada.

Nos termos do disposto no artigo 137 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, a Reestruturação Societária não confere aos acionistas da Companhia o direito de recasso. Ainda, considerando que não há acionistas minoritários da TData, em razão de ser esta controlada integral da Companhia, não há que se falar em direito de dissidência e exercício de direito de recasso de acionistas não controladores da TData de que tratam os artigos 136, inciso iv e 137 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada.

**Método de contabilização**

Esta incorporação que, conforme descrito anteriormente, envolve sociedades sob controle comum, foi contabilizada pelo valor contábil dos ativos líquidos adquiridos (“*Predecessor Value Method*”), por não terem sido atendidos determinados requisitos para a utilização do método de aquisição previsto no CPC 15 (R1)/IFRS 3 (R). Com a incorporação e extinção da TData, a partir de 1º de dezembro de 2018, a Companhia passou a ser a controladora direta da Terra Networks e TGLog.

A seguir, apresentamos a composição do valor contábil dos ativos líquidos identificáveis adquiridos no montante de R\$1.880.374, na data-base de 30 de novembro de 2018.

Ativo circulante	2.329.578	Passivo circulante	1.237.207
Caixa e equivalentes de caixa	142.817	Pessoal, encargos e benefícios sociais	70.138
Contas a receber	997.680	Fornecedores	773.066
Estoques	27.293	Imposto de renda e contribuição social a recolher	40.593
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	68	Impostos, taxas e contribuições a recolher	65.155
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	7.648	Receitas diferidas	5.619
Depósitos e bloqueios judiciais	261	Obrigações com empresas do grupo	271.814
Despesas antecipadas	20.359	Outros passivos	10.822
Dividendos e juros sobre o capital próprio	118.628		
Créditos com empresas do grupo	1.002.422	<b>Passivo não circulante</b>	<b>59.202</b>
Outros ativos	12.402	Pessoal, encargos e benefícios sociais	1.024
<b>Ativo não circulante</b>	<b>847.205</b>	Impostos, taxas e contribuições a recolher	21.475
Contas a receber	168.393	Provisões	27.366
Imposto de renda e contribuição social diferidos	142.660	Obrigações com empresas do grupo	11
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	1.661	Outros passivos	9.326
Depósitos e bloqueios judiciais	35.203		
Despesas antecipadas	3.750	<b>Valor contábil dos passivos assumidos</b>	<b>1.296.409</b>
Créditos com empresas do grupo	7	<b>Valor contábil dos ativos líquidos identificáveis adquiridos</b>	<b>1.880.374</b>
Outros ativos	118		
<b>Investimentos</b>	<b>382.315</b>		
<b>Imobilizado</b>	<b>95.047</b>		
<b>Intangível</b>	<b>18.051</b>		
<b>Valor contábil dos ativos adquiridos</b>	<b>3.176.783</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>3.176.783</b>

**Outras informações**

O valor contábil líquido das contas a receber de serviços prestados pela TData na data da incorporação totalizava R\$1.166.073, o qual não diferia do valor bruto de R\$1.459.639, líquido de perdas estimadas para redução ao valor recuperável no valor de R\$293.566.

**2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****a) Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

**b) Bases de preparação e apresentação**

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo.

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas conforme pronunciamento técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são classificados e demonstrados como não circulantes. A única exceção refere-se aos saldos dos tributos diferidos ativos e passivos, que são classificados e demonstrados integralmente como não circulantes.

As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, enquanto as normas IFRS não requerem sua apresentação. A DVA foi preparada segundo o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 14 de fevereiro de 2020.

**c) Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma).

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia é o Real (R\$). As transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real da seguinte forma: (i) os ativos, passivos e patrimônio líquido (exceto o capital social e reservas de capital) são convertidos para taxa de câmbio de fechamento na data do balanço; (ii) as despesas e receitas são convertidas pela taxa média de câmbio, exceto para operações específicas que são convertidas pela taxa da data da transação; e (iii) o capital social e reservas de capital são convertidos pela taxa da data da transação.

Os ganhos e perdas resultantes da conversão de investimentos no exterior são reconhecidos na demonstração dos resultados abrangentes. Os ganhos e perdas resultantes da conversão de ativos e passivos monetários verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios (exceto da conversão de investimentos no exterior) são reconhecidos na demonstração do resultado.

**d) Bases de consolidação**

A Companhia detém participações societárias diretas em controladas e de controle em conjunto.

As participações societárias em sociedades controladas ou de controle conjunto estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido nas controladas integrais são eliminados integralmente. Os investimentos em sociedades de controle conjunto são mantidos pela equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas.

A seguir, apresentamos as principais informações das investidas diretas da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Investidas	Tipo de investimento	Participação	País (Sede)	Atividade principal
Terra Networks Brasil S.A. (“Terra Networks”)	Controlada	100,00%	Brasil	Telecomunicações
Telefônica Transportes e Logística Ltda (“TGLog”)	Controlada	99,99%	Brasil	Transportes e logística
POP Internet Ltda (“POP”)	Controlada	99,99%	Brasil	<i>Internet</i>
Aliança Atlântica Holding B.V. (“Aliança”)	Controlada em conjunto	50,00%	Holanda	<i>Holding</i> , atuando no setor de telecomunicações
Companhia AIX de Participações (“AIX”)	Controlada em conjunto	50,00%	Brasil	Exploração de redes subterâneas de telecomunicações
Companhia ACT de Participações (“ACT”)	Controlada em conjunto	50,00%	Brasil	Assessoria técnica em redes de telecomunicações

*Terra Networks*: Controlada integral e direta da Companhia a partir de 1º de dezembro de 2018 (nota 1 c.1), com sede no Brasil, tem como objeto a prestação de serviços digitais (serviços de valor adicionado (“SVA”) próprios e de terceiros e *carrier billing*, bem como canais *mobile* para vendas e relacionamento) e publicidade. Desde 1º de setembro de 2019, a Terra Networks passou a ser a controladora direta da TIS (nota 1 c.1), sociedade com sede no Brasil, tem como objeto a exploração e fornecimento de serviços e tecnologia de sistemas de segurança da informação, suporte técnico e outros serviços relacionados à infraestrutura, tecnologia e informação.

TGLog: Controlada direta da Companhia a partir de 1º de dezembro de 2018 (nota 1 c.2), com sede no Brasil, tem como objeto a prestação de atividades de logística; a administração e exploração de armazéns gerais e aduaneiros em todo território nacional, entre outras atividades de logística.

POP: Controlada direta da Companhia com sede no Brasil, tem como objeto o desenvolvimento de atividades relacionadas a informática, *internet* e quaisquer outras redes; a prestação de serviços de hospedagem e a exploração comercial de *websites* e portais; a disponibilização e a armazenagem de informações e dados; o comércio de *software*, *hardware*, equipamentos de telecomunicação e eletroeletrônicos; o desenvolvimento, o licenciamento e a manutenção de sistemas e rotinas de informação; o desenvolvimento de comércio eletrônico; a criação e a administração de bancos de dados próprios e/ou de terceiros; a comercialização e veiculação de publicidades, propagandas e *banners*; e a participação em outras sociedades como quotista ou acionista, podendo ainda celebrar consórcios e/ou outras formas de associação.

A POP é a controladora direta da Innobew Ltda (“Innobew”) com sede no Brasil, tem como objeto atuar como provedor de *internet*; desenvolver atividades de informação; desenvolver toda forma de atividades de telecomunicações, inclusive a transmissão de voz, dados e informações; comercializar equipamentos e/ou acessórios de telecomunicações e eletroeletrônicos; e a participação em outras sociedades como quotista ou acionista, podendo ainda celebrar consórcios e/ou outras formas de associação.

Aliança: Empresa com controle em conjunto com sede em Amsterdã (Holanda), com participação de 50% da Companhia, tem como objeto a aquisição, gestão de subsidiárias e participações no setor de telecomunicações.

AIX: Empresa com controle em conjunto com sede no Brasil, com participação de 50% da Companhia, tem como objeto a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à exploração, direta e indireta, de atividades relacionadas à execução, conclusão e exploração de redes subterâneas de dutos para fibras ópticas.

ACT: Empresa com controle em conjunto com sede no Brasil, com participação de 50% da Companhia, tem como objeto a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à prestação de serviço de assessoria técnica para a elaboração dos projetos de conclusão de redes, efetuando os estudos necessários para torná-la economicamente viável, bem como fiscalizar o andamento das atividades vinculadas ao Consórcio.

**e) Informações por segmentos**

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na definição sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que: (i) todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em relatórios consolidados; (ii) a missão da Companhia e suas controladas é prover seus clientes de serviços de telecomunicações com qualidade; e (iii) todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, a conclusão da Administração é de que a Companhia e suas controladas operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de telecomunicações.

**f) Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia, foram incluídas nas respectivas notas explicativas a que se referem.

As políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pelas mudanças exigidas pelos novos pronunciamentos, interpretações e alterações, aprovados pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme segue:

**Normas e Emendas a Normas**

Melhorias anuais nas IFRS	Ciclo 2015-2017
IFRS 16	Arrendamentos
IFRIC 23	Incertezas sobre tratamentos de imposto de renda
Alterações na IFRS 9	Recursos de pré-pagamento com compensação negativa
Alterações no IAS 19	Alteração, redução ou liquidação dos planos de benefícios a empregados
Alterações no IAS 28	Participações de longo prazo em coligadas e <i>joint ventures</i>

A adoção dessas normas, alterações e interpretações não causou nenhum impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas no período inicial de adoção, exceto para os efeitos da IFRS 16 e da IFRIC 23, que causaram impactos significativos na posição financeira individual e consolidada no momento da sua adoção e prospectivamente.

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

**IFRS 16 - Arrendamentos**

A IFRS 16 exige que os arrendatários reconheçam os ativos e passivos decorrentes de todos os arrendamentos (exceto arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor) na demonstração da posição financeira.

A Companhia atua como arrendatária em um número significativo de contratos de arrendamento sobre diferentes ativos, como torres, e o respectivo terreno onde estão localizadas, circuitos, escritórios, lojas e imóveis comerciais, principalmente.

A Companhia concluiu o processo do impacto dessa nova norma em tais contratos. Esta análise incluiu uma estimativa do prazo de arrendamento, com base no período não cancelável e os períodos cobertos por opções para estender o contrato de arrendamento, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo. Isso dependeu, em grande medida, dos fatos e circunstâncias específicos aplicáveis as principais classes de ativos no setor de telecomunicações (tecnologia, regulamentação, concorrência, modelo de negócios, entre outros). Além disso, a Companhia adotou diferentes prazos para calcular a taxa de desconto, que foi baseada na taxa incremental de juros para o prazo estimado. Por outro lado, a Companhia considerou não reconhecer separadamente os componentes de não arrendamento de componentes de arrendamento para as classes de ativos em que os componentes de não arrendamento não são relevantes em relação ao valor total do arrendamento.

A norma permite ainda dois métodos de transição: retrospectivamente para todos os períodos apresentados ou uma abordagem retrospectiva modificada, onde o efeito cumulativo da adoção é reconhecido na data da aplicação inicial. A Companhia decidiu adotar a abordagem retrospectiva modificada. A Companhia optou pelo expediente prático que permite não reavaliar se um contrato é ou contém um contrato de arrendamento na data da adoção inicial da IFRS 16, mas para aplicar diretamente os novos requisitos a todos os contratos que, nos termos da norma atual, foram identificados como arrendamento. Além disso, certos expedientes práticos estão disponíveis na primeira aplicação em conexão com o direito de uso, mensuração de ativos, taxas de desconto, *impairment*, arrendamentos que terminam dentro dos doze meses subsequentes à data da adoção inicial, custos iniciais diretos e prazo do contrato de arrendamento.

Desta forma, a Companhia optou por adotar os seguintes expedientes práticos na transição para os novos critérios: (i) utilização de taxas de desconto comuns para grupos de contratos com características semelhantes em termos de prazo, ativo objeto do contrato, moeda e ambiente econômico; (ii) aplicação do expediente prático que permite não adotar os novos critérios para os contratos que expiram em 12 meses da data da adoção inicial; e (iii) exclusão dos custos diretos iniciais da valuation inicial do ativo por direito de uso na data da adoção inicial.

Com base no volume de contratos afetados, bem como na magnitude dos compromissos de arrendamentos futuros, a adoção da IFRS 16 pela Companhia causou um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras a partir da data da sua adoção (1º de janeiro de 2019), incluindo o reconhecimento no balanço dos ativos de direito de uso (nota 12) e suas correspondentes obrigações de arrendamento (nota 20) em conexão com a maioria dos contratos.

A seguir, apresentamos os efeitos consolidados gerados pela adoção inicial da IFRS 16, em 1º de janeiro de 2019:

	Consolidado
Valor nominal a pagar	9.999.696
Despesa financeira não realizada	(1.381.624)
<b>Valor presente a pagar</b>	<b>8.618.072</b>
Circulante	1.711.092
Não circulante	6.906.980

**Efeitos da adoção inicial:**

Ativo imobilizado (nota 12)	8.618.072
Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos (nota 20)	8.618.072

A amortização dos ativos de direito de uso e o reconhecimento de custos de juros sobre a obrigação de arrendamento nas demonstrações do resultado substituíram os valores reconhecidos como despesas operacionais de locação de acordo com a norma de arrendamento vigente anteriormente. A classificação dos pagamentos de arrendamentos na demonstração dos fluxos de caixa também foi afetada pelos requisitos da nova norma de arrendamento.

Para facilitar o entendimento e a comparabilidade das informações, a Companhia divulga na nota 34 a demonstração dos resultados consolidados do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, excluindo os efeitos da adoção da IFRS 16.

**IFRIC 23 - Incertezas sobre tratamento de imposto de renda**

A IFRIC 23 (Incerteza sobre tratamento de imposto de renda), trata da contabilização do imposto de renda quando os tratamentos tributários envolvem incertezas que afetam a aplicação da IAS 12. Esta interpretação esclarece que a abordagem que prediz melhor a resolução da incerteza deve ser seguida e aborda especificamente as premissas que uma entidade faz sobre o exame de tratamentos fiscais pelas autoridades





## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 9. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou para suspensão da exigibilidade do crédito tributário são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão.

Os depósitos judiciais são registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
Depósitos judiciais				
Tributário	1.861.387	1.790.940	2.007.074	1.929.594
Tribalhistas	307.934	512.635	316.009	522.201
Cível	1.047.404	1.163.530	1.049.922	1.164.835
Regulatório	261.005	208.447	261.005	208.447
<b>Total</b>	<b>3.477.730</b>	<b>3.675.552</b>	<b>3.634.010</b>	<b>3.825.077</b>
Bloqueios judiciais	36.117	84.134	36.875	84.937
<b>Total</b>	<b>3.513.847</b>	<b>3.759.686</b>	<b>3.670.885</b>	<b>3.910.014</b>
Circulante	277.007	312.820	277.468	313.007
Não circulante	3.236.840	3.446.866	3.393.417	3.597.007

A seguir, apresentamos a composição dos saldos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 dos depósitos judiciais tributários (classificados por tributo).

	Consolidado	
	31.12.19	31.12.18
Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")	46.167	44.771
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")	575.426	551.937
Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST")	518.372	503.246
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico ("CIDE")	286.270	278.685
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS")	269.483	239.220
Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho ("SAT") e Verbas para Terceiros ("INSS")	140.186	141.759
Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF")	57.142	55.425
Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	34.983	39.672
Outros impostos, taxas e contribuições	79.045	74.879
<b>Total</b>	<b>2.007.074</b>	<b>1.929.594</b>

## 10. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
Adiantamentos a empregados e fornecedores	71.330	81.046	73.849	83.094
Créditos com partes relacionadas (nota 28)	63.020	110.923	64.966	120.776
Crédito com fornecedores	167.540	114.175	167.540	114.175
Superávit de planos de benefícios pós-emprego (nota 30) (1)	220.858	10.920	220.939	10.997
Bens destinados à venda (2)	76.912	-	76.912	-
Outros valores a realizar (3)	18.711	26.791	34.123	20.670
<b>Total</b>	<b>618.371</b>	<b>343.855</b>	<b>618.329</b>	<b>349.712</b>
Circulante	382.959	297.366	382.591	302.607
Não circulante	235.412	46.489	235.738	47.105

- Em 31 de dezembro de 2019, inclui o montante de R\$209.347, referente à distribuição do *superávit* do PBS-A (nota 30).
- Refere-se ao saldo residual dos bens do ativo imobilizado destinados à venda, decorrente do contrato celebrado pela Companhia em 28 de novembro de 2019, para a alienação de 1.909 estruturas (*rooftops* e torres) de propriedade da Companhia para a Telxius Torres Brasil Ltda. (nota 12).
- Em 31 de dezembro de 2019, inclui o montante de R\$10.226, referente ao saldo a receber de contrato de subarrendamento de áreas no Data Center de Curitiba, por um período de 22 anos. Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o exercício (Nota 12).

	Controladora/Consolidado	
	31.12.19	31.12.18
Valor nominal a receber	-	16.966
Receita financeira não realizada	-	(6.740)
<b>Valor presente a receber</b>	<b>-</b>	<b>10.226</b>
Circulante	-	759
Não circulante	-	9.467

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a receber do contrato de subarrendamento, segregados em valores nominais e a valor presente:

	Controladora/Consolidado	
	Valor nominal a receber	Valor presente a receber
2020	780	759
2021	780	721
2022	780	685
2023	780	651
2024	780	619
2025 em diante	13.066	6.791
<b>Total</b>	<b>16.966</b>	<b>10.226</b>

## c) Movimentação dos investimentos

	Controladas				Controladas em conjunto				
	Terra Networks Consolidada	TGLog	POP Consolidada	TData	Aliança/AIX/ACT	Ágios (1)	investimentos (2)	Outros	Total de investimentos na controladora
<b>Saldos em 31.12.17</b>			<b>38.966</b>	<b>1.599.350</b>	<b>97.222</b>	<b>212.058</b>	<b>1.680</b>		
Resultado de equivalência patrimonial	(1.195)	219	16.958	1.566.696	(5.847)	-	-	1.949.276	(1.850.374)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(51.785)	-	-	(1.263.503)	-	-	-	1.576.831	(1.582.678)
Incorporação (nota 1 c.2)	369.778	12.537	-	(1.880.374)	-	(212.058)	-	(1.315.288)	1.315.288
Transações de capital	-	-	-	10	-	-	-	(1.710.117)	1.710.117
Efeitos adoção IFRS 9	-	-	(96)	-	-	-	-	10	(10)
Provisão para perdas em investimentos	-	-	-	-	-	-	-	(96)	96
Outros resultados abrangentes	113	(3.044)	-	(22.179)	9.927	-	(700)	(700)	(700)
<b>Saldos em 31.12.18</b>	<b>316.911</b>	<b>9.712</b>	<b>55.828</b>	<b>-</b>	<b>101.302</b>	<b>-</b>	<b>355</b>	<b>484.108</b>	<b>(382.451)</b>
Resultado de equivalência patrimonial	291.840	123	9.880	-	752	-	(625)	(15.808)	25.110
Dividendos e juros sobre capital próprio	(226.775)	-	-	-	-	-	-	302.595	(382.451)
Transações de capital (nota 1 c.1)	(48.135)	-	-	-	-	-	-	(226.775)	226.775
Outros	66	-	-	-	-	-	-	(48.135)	48.135
Outros resultados abrangentes	695	2.117	-	-	1.859	-	(17)	66	(66)
<b>Saldos em 31.12.19</b>	<b>334.602</b>	<b>11.952</b>	<b>65.708</b>	<b>-</b>	<b>103.913</b>	<b>-</b>	<b>338</b>	<b>516.513</b>	<b>(412.262)</b>

- Ágio oriundo da cisão parcial da Spanish e Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006. Com a incorporação da TData (nota 1.c.2), este montante foi reclassificado para o grupo de Intangível.
- Os valores de outros investimentos estão avaliados pelo valor justo.

## 12. IMOBILIZADO

a) Política contábil

É demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, líquido da depreciação e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicável. O referido custo está líquido de créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS"), os quais foram registrados como tributos a recuperar, e inclui os custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Os custos do ativo são capitalizados até o momento em que esteja nas condições previstas para sua entrada em operação. Os gastos subsequentes à entrada do ativo em operação e que não melhoram a funcionalidade ou aumentam a vida útil do bem são reconhecidos imediatamente no resultado, respeitando-se o regime de competência. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, gastos que representem melhorias no ativo (aumento da capacidade instalada ou da vida útil) são capitalizados. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração dos resultados, quando incorridos.

O valor presente dos custos estimados a incorrer na desmontagem de ativo imobilizado (torres e equipamentos em imóveis alugados) é capitalizado no custo do correspondente ativo em contrapartida à provisão para desmantelamento de ativos (nota 19) e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos, a qual não é superior ao prazo de locação.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens baseada em estudos técnicos. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A vida útil em termos de taxas de depreciação é revisada anualmente.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos no resultado do exercício em que o ativo for baixado.

## b) Estimativas e julgamentos críticos

O tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação, em particular para os ativos adquiridos em combinações de negócios.

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e ao uso alternativo dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto tecnológico e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

A Companhia analisa periodicamente o desempenho da unidade geradora de caixa definida a fim de identificar uma possível desvalorização. A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa inclui também o uso de hipóteses e estimativas e requer um grau significativo de julgamento e critério.

## c) Composição e movimentação

- Equipamentos de comutação e transmissão; compreendem centrais de comutação e controle, *gateway*, plataformas, estação rádio base, microcélulas, minicélulas, repetidores, antenas, rádios, redes de acesso, concentradoras, cabos, equipamentos de TV e outros equipamentos de comutação e transmissão.
- Equipamentos terminais/modems; compreendem aparelhos celulares e modems (aluguel e comodato), centrais privadas de comutação telefônica, telefones públicos e outros equipamentos terminais.
- Infraestrutura; compreende construções prediais, elevadores, equipamentos de ar-condicionado central, torres, postes, *container*, equipamento de energia, canalização subterrânea, suportes e protetores, benfeitorias em propriedades de terceiros e outros.
- Outros ativos imobilizados; compreendem veículos, ferramentas e instrumentos de reparo e construção, equipamentos de telesupervisão, equipamentos de informática, equipamentos de testes e medidas, mobiliários e outros bens de uso geral.

	Controladora							
	Equipamentos de comutação e transmissão	Equipamentos terminais/modems	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Perdas estimadas (1)	Bens e instalações em andamento	Total
<b>Saldos e movimentações:</b>								
<b>Saldo em 31.12.17</b>	<b>22.808.973</b>	<b>2.719.681</b>	<b>3.877.682</b>	<b>314.353</b>	<b>765.682</b>	<b>(227.862)</b>	<b>2.854.023</b>	<b>33.112.532</b>
Adições	10.670	128.330	100.952	590	166.432	(8.975)	6.545.752	6.943.711
Baixas líquidas	(45.723)	(1.721)	(7.956)	(71)	(2.518)	80.028	(61.430)	(39.391)
Transferências líquidas	5.380.744	1.098.380	448.629	-	125.573	-	(7.239.561)	(186.235)
Incorporação (nota 1 c.2)	71	5.134	3.490	-	73.130	(83)	13.305	95.047
<b>Saldo em 31.12.18</b>	<b>(3.486.526)</b>	<b>(1.378.785)</b>	<b>(655.813)</b>	<b>314.832</b>	<b>832.898</b>	<b>(156.892)</b>	<b>2.112.089</b>	<b>34.109.139</b>
Adoção inicial da IFRS 16	91.836	-	8.525.095	-	-	-	-	8.616.931
Adições	114.517	142.870	1.790.084	-	257.062	(20.465)	6.575.813	8.859.881
Baixas líquidas (2)	(17.068)	(268)	(138.862)	(5.735)	(2.143)	3.540	(21.750)	(182.266)
Transferências líquidas	4.265.573	1.299.331	503.826	-	88.145	-	(6.242.144)	(85.269)
Transferências de bens destinados à venda (3)	(1.183)	-	(248.175)	(30.585)	(67.143)	-	(340)	(347.426)
Subarrendamento (4)	-	-	(10.310)	-	-	-	-	(10.310)
Depreciação (nota 25)	(3.936.573)	(1.426.863)	(2.470.485)	-	(295.370)	-	-	(8.129.291)
<b>Saldo em 31.12.19</b>	<b>25.185.311</b>	<b>2.586.089</b>	<b>11.718.157</b>	<b>278.512</b>	<b>813.449</b>	<b>(173.817)</b>	<b>2.423.668</b>	<b>42.831.369</b>

	Consolidado							
	Equipamentos de comutação e transmissão	Equipamentos terminais/modems	Infraestrutura	Terrenos	Outros ativos imobilizados	Perdas estimadas (1)	Bens e instalações em andamento	Total
<b>Saldos e movimentações:</b>								
<b>Saldo em 31.12.17</b>	<b>22.809.109</b>	<b>2.724.332</b>	<b>3.885.297</b>	<b>314.353</b>	<b>830.452</b>	<b>(228.052)</b>	<b>2.886.825</b>	<b>33.222.316</b>
Adições	10.670	129.640	101.798	590	204.041	(8.975)	6.527.074	6.964.798
Baixas líquidas	(45.719)	(1.721)	(8.461)	(71)	(2.926)	80.135	(61.430)	(40.193)
Transferências líquidas	5.380.744	1.098.380	449.369	-	124.772	-	(7.239.573)	(186.308)
Depreciação (nota 25)	(3.486.592)	(1.379.547)	(658.915)	-	(320.232)	-	(5.845.286)	(10.212)
<b>Saldo em 31.12.18</b>	<b>24.668.212</b>	<b>2.571.084</b>	<b>3.769.088</b>	<b>314.832</b>	<b>836.107</b>	<b>(156.892)</b>	<b>2.112.896</b>	<b>34.115.327</b>
Adoção inicial da IFRS 16	91.836	-	8.526.236	-	-	-	-	8.618.072
Adições	114.517	142.975	1.790.185	-	258.854	(20.465)	6.576.296	8.862.362
Baixas líquidas (2)	(17.069)	(268)	(139.857)	(5.735)	(2.182)	3.540	(21.750)	(182.321)
Transferências líquidas	4.265.573	1.299.368	504.010	-	88.100	-	(6.242.551)	(85.500)
Transferências de bens destinados à venda (3)	(1.183)	-	(248.175)	(30.585)	(67.143)	-	(340)	(347.426)
Subarrendamento (4)	-	-	(10.310)	-	-	-	-	(10.310)
Depreciação (nota 25)	(3.936.572)	(1.426.890)	(2.471.456)	-	(297.234)	-	-	(8.132.152)
Combinação de negócios (nota 1 c.1)	71	5.134	3.490	-	73.130	(83)	13.305	95.047
<b>Saldo em 31.12.19</b>	<b>25.185.311</b>	<b>2.586.278</b>	<b>11.720.064</b>	<b>278.512</b>	<b>827.053</b>	<b>(174.508)</b>	<b>2.424.551</b>	<b>42.847.264</b>

- A Companhia e controladas reconheceram perdas estimadas para possível obsolescência de materiais utilizados para manutenção do imobilizado fundamentada nos patamares de uso histórico e expectativa de utilização futura.

## 11. INVESTIMENTOS

## a) Política contábil

A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de um controle, existente apenas quando decisões sobre as atividades pertinentes exigirem consentimento unânime das partes que estiverem compartilhando o controle.

O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das variações após a aquisição da participação societária. A demonstração dos resultados reflete a parcela dos resultados das operações das investidas.

Quando uma mudança por diretamente reconhecida no patrimônio das investidas, a Companhia reconhece sua parcela nas variações ocorridas e divulga esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e na demonstração dos resultados abrangentes.

As demonstrações financeiras das investidas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre estes investimentos. A Companhia determina, em cada data do encerramento do exercício social, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração dos resultados.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre as investidas, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil das



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Taxa anual de amortização (%)	Controladora									
	Vida útil indefinida		Vida útil definida				Perdas estimadas		Softwares em andamento	Total
	Âgio	Softwares	Carteira de clientes	Marcas	Licenças	Outros ativos intangíveis	para softwares			
	20,00	11,76	5,13	3,60	6,67	20,00				
<b>Saldo em 31.12.17</b>	<b>22.850.363</b>	<b>2.704.400</b>	<b>1.978.863</b>	<b>1.073.615</b>	<b>13.969.606</b>	<b>20.948</b>	<b>(499)</b>	<b>506.140</b>	<b>43.103.436</b>	
Adições	-	963.894	-	-	6.647	-	-	249.307	1.219.848	
Baixas líquidas	-	(15)	-	-	-	-	-	-	(15)	
Transferências líquidas	-	519.538	-	-	-	32.467	-	(365.770)	186.235	
Incorporação (nota 1 c.2)	212.058	18.051	-	-	-	-	-	-	230.109	
Amortização (nota 25)	-	(961.343)	(549.589)	(84.205)	(920.116)	(3.968)	-	-	(2.519.221)	
<b>Saldo em 31.12.18</b>	<b>23.062.421</b>	<b>3.244.525</b>	<b>1.429.274</b>	<b>989.410</b>	<b>13.056.137</b>	<b>49.447</b>	<b>(499)</b>	<b>389.677</b>	<b>42.220.392</b>	
Adições	-	371.975	-	-	-	-	-	1.389.960	1.761.935	
Baixas líquidas (1)	(3.249)	(5.066)	-	-	-	-	-	-	(8.315)	
Transferências líquidas	-	1.314.991	-	-	-	(64)	-	(1.229.658)	85.269	
Transferências de bens destinados à venda (2)	-	(1.537)	-	-	-	-	-	-	(1.537)	
Amortização (nota 25)	-	(1.234.321)	(500.441)	(84.205)	(964.316)	(3.729)	-	-	(2.787.012)	
<b>Saldo em 31.12.19</b>	<b>23.059.172</b>	<b>3.690.567</b>	<b>928.833</b>	<b>905.205</b>	<b>12.091.821</b>	<b>45.654</b>	<b>(499)</b>	<b>549.979</b>	<b>41.270.732</b>	

Taxa anual de amortização (%)	Controladora									
	Vida útil indefinida		Vida útil definida				Perdas estimadas		Softwares em andamento	Total
	Âgio	Softwares	Carteira de clientes	Marcas	Licenças	Outros ativos intangíveis	para softwares			
	20,00 a 50,00	11,76 a 12,85	5,13 a 6,67	3,60 a 6,67	6,67 a 20,00					
<b>Saldo em 31.12.17</b>	<b>23.062.421</b>	<b>2.720.806</b>	<b>1.978.863</b>	<b>1.073.615</b>	<b>13.969.606</b>	<b>20.952</b>	<b>(499)</b>	<b>506.140</b>	<b>43.331.904</b>	
Adições	-	970.172	-	-	6.647	-	-	249.307	1.226.126	
Baixas líquidas	-	(16)	-	-	-	-	-	-	(16)	
Transferências líquidas	-	519.539	-	-	-	32.539	-	(365.770)	186.308	
Amortização (nota 25)	-	(965.459)	(549.589)	(84.205)	(920.116)	(3.968)	-	-	(2.523.337)	
<b>Saldo em 31.12.18</b>	<b>23.062.421</b>	<b>3.245.042</b>	<b>1.429.274</b>	<b>989.410</b>	<b>13.056.137</b>	<b>49.523</b>	<b>(499)</b>	<b>389.677</b>	<b>42.220.985</b>	
Adições	-	374.690	-	-	-	-	-	1.390.731	1.765.421	
Baixas líquidas (1)	(3.249)	(5.066)	-	-	-	(58)	-	-	(8.373)	
Transferências líquidas	-	1.314.978	-	-	-	(6)	-	(1.229.472)	85.500	
Transferências de bens destinados à venda (2)	-	(1.537)	-	-	-	-	-	-	(1.537)	
Combinação de negócios (nota 1 c.1)	-	596	-	-	-	-	-	-	596	
Amortização (nota 25)	-	(1.234.949)	(500.441)	(84.205)	(964.316)	(3.729)	-	-	(2.787.640)	
<b>Saldo em 31.12.19</b>	<b>23.059.172</b>	<b>3.693.754</b>	<b>928.833</b>	<b>905.205</b>	<b>12.091.821</b>	<b>45.730</b>	<b>(499)</b>	<b>550.936</b>	<b>41.274.952</b>	

(1) Refere-se à baixa proporcional no montante de R\$3.249, efetuada em julho de 2019, decorrente da alienação dos *data centers* de Tamoré e de Curitiba (CIC), conforme o parágrafo 86 do CPC 01 (R1)/IAS 36.

(2) Refere-se às transferências dos bens dos *data centers* de Tamoré e de Curitiba (CIC), alienados pelo montante de R\$419.690 para uma sociedade controlada por Asterion Industrial Partners SGEIC, S.A., conforme contrato celebrado pela Companhia em 8 de maio de 2019 e concluído com a quitação em 24 de julho de 2019, gerando um ganho no resultado operacional de R\$64.275.

## d) Ágios

## d.1) Política contábil

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Para cada combinação de negócio, a Companhia mensura a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, os ativos adquiridos e passivos financeiros assumidos são avaliados com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data da aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração dos resultados.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pelo adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou passivo deverão ser reconhecidas na demonstração dos resultados. Contraprestação contingente na aquisição de um negócio que não é classificada como capital próprio é mensurada subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, sendo ou não enquadrada no âmbito da *IFRS 9*.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida como ganho na demonstração dos resultados.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Para fins de teste de valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado à Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) que se espera que seja beneficiada pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de UGC e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada é incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à UGC mantida.

## d.2) Composição dos ágios

A seguir, apresentamos a composição dos ágios registrados pela Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

## Controladora/Consolidado

	31.12.19	31.12.18
Ajato Telecomunicação Ltda.	149	149
Spanish e Figueira, pela incorporação da Telefônica Data Brasil Holding (TDBH) ocorrida em 2006	212.058	212.058
Santo Genovese Participações, controladora da Atrium Telecomunicações, ocorrido em 2004	71.892	71.892
Telefônica Televisão Participações, anteriormente Navytrev, ocorrido em 2008	780.693	780.693
Vivo Participações, ocorrido em 2011 (1)	9.157.239	9.160.488
GVT Participações, ocorrido em 2015	12.837.141	12.837.141
<b>Total</b>	<b>23.059.172</b>	<b>23.062.421</b>

(1) A baixa proporcional do ágio no montante de R\$3.249, decorre da alienação dos *data centers* de Tamoré e de Curitiba (CIC), conforme o parágrafo 86 do CPC 01 (R1)/IAS 36.

## 14. ANÁLISE DE RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS, NÃO FINANCEIROS

## a) Política contábil

Anualmente o valor contábil líquido dos ativos é revisado com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou da UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Desta forma, considerando as convergências de ofertas de produtos e serviços, além disso, o principal ativo operacional da Companhia é uma rede única, amplamente integrada, a qual é utilizada para prover todos os serviços de telecomunicações a seus clientes, portanto, a Companhia define seu negócio como uma única Unidade Geradora de Caixa - UGC.

Na estimativa do valor em uso do ativo ou UGC, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto *WACC* (*Weighted Average Cost of Capital*) que reflete a taxa ponderada entre (i) o custo de capital (incluindo riscos específicos) com base no *Capital Asset Pricing Model* (“CAPM”) (Modelo de Precificação de Ativos); e (ii) de dívida, sendo estes componentes aplicados ao ativo ou UGC antes dos impostos.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Para os ativos, excluindo o ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para identificar se há alguma indicação de que as perdas do valor recuperável anteriormente reconhecidas podem já não existir ou possam ter diminuído.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGC, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

- **Ágio:** o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.
- **Ativos intangíveis:** os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.
- **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são: (i) receitas (projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado frente ao PIB e a participação da Companhia neste mercado); (ii) custos e despesas variáveis (projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas); e (iii) investimentos de capital (estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços).

## b) Principais premissas utilizadas no cálculo do valor em uso

O cálculo do valor em uso é impactado principalmente pelas seguintes premissas:

- **Crescimento da receita:** é baseado na observação do comportamento histórico de cada linha de receita, bem como em tendências baseadas em análise de mercado. As projeções das receitas diferem muito entre as linhas de produtos e serviços com tendência de maior crescimento em serviços de banda larga, TV paga e TI comparadas com os serviços de voz (fixa). As receitas móveis seguem a tendência de mercado, incluindo principalmente as migrações de pré-pago para pós pago, convergência de preços e crescimento em dados e M2M.
- **Volume de CapEx:** foram considerados os projetos em andamento e futuras necessidades, ambos alinhados com a evolução das receitas previstas e sempre visando a melhor eficiência na utilização destes investimentos. O volume de CapEx também pode ser impactado pela evolução da inflação e variação cambial.
- **Taxas de desconto:** representam a avaliação de riscos no mercado atual. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo calculado pelo Custo de Capital Médio Ponderado (“CCMP” ou *WACC*). O CCMP leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio (capital próprio). O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo de dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais, notadamente o Beta.
- **Taxa de crescimento na perpetuidade:** reflete a condição da Companhia de gerar um fluxo de caixa de maneira eterna. O percentual considerado leva em conta, principalmente, os investimentos ao longo do período projetado e reproduz a condição da Companhia na perpetuidade.

## c) Sensibilidade a mudanças nas premissas

A Companhia emprega uma análise de sensibilidade do teste de recuperabilidade considerando variações razoáveis nas principais premissas utilizadas no teste.

A seguir apresentamos as variações sensibilizadas em aumentos/diminuições e expressas em pontos percentuais (p.p) que foram assumidas para os fluxos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Variações nas principais premissas	Em pontos percentuais
<b>Variações financeiras</b>	
Taxa de desconto	+/- 1,0
Taxas de crescimento na perpetuidade	+/- 0,5
<b>Variações operacionais</b>	
Margem OIBDA	+/- 2,0
Margem de Capex/Receita	+/- 1,5

A análise de sensibilidade empregada no final dos exercícios de 2019 e 2018 indica que não existem riscos significativos de possíveis alterações nas variáveis financeiras e operacionais, consideradas individualmente. Em outras palavras, a Companhia considera que os limites acima nenhuma perda seria reconhecida.

## d) Teste de recuperabilidade dos ágios

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do valor em uso, utilizando a metodologia do fluxo de caixa descontado.

O processo de determinação do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa foram baseadas em estimativas da Administração, estudos de mercado e de projeções macroeconômicas. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa média ponderada do custo de capital (*Weighted Average Cost of Capital - WACC*).

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A Administração julgou apropriada a utilização do período de 5 anos com base em sua experiência passada em elaborar as projeções de seu fluxo de caixa.

A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções além do período de 5 anos foi de 4,5% em 2019 e 2018.

Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de desconto de 10,22% e 11,15%, que antes dos tributos equivalem a 11,38% e 13,99% em 2019 e 2018, respectivamente, também em valores nominais.

A taxa de inflação anual para o período analisado nos fluxos projetados foi de 3,8% e 4,0% em 2019 e 2018, respectivamente.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos da Companhia, elaborado com as projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 e 2018, perspectivas de crescimento e resultados operacionais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não foram identificadas perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

## 15. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

Salários e remunerações

Encargos e benefícios sociais

Participação de empregados nos resultados

Planos de remuneração baseados em ações (nota 29)

Outras indenizações

**Total**

Circulante

Não circulante

## 16. FORNECEDORES

## a) Política contábil

São obrigações a pagar por bens, serviços ou mercadorias que foram adquiridos no curso normal dos negócios. São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável.

## b) Composição

Fornecedores diversos (Opex, Capex, Serviços e Mercadorias)

Valores a repassar (operadoras, *cobilling*)

Interconexão/interligação

Partes relacionadas (nota 28)

**Total**

## 17. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

ICMS

PIS e COFINS

Fust e Funttel

ISS, CIDE e outros tributos

**Total**

Circulante

Não circulante

## 18. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

## a) Política contábil

## a.1) Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados nos balanços patrimoniais como obrigações legais (provisões no passivo circulante). Os dividendos em excesso a esse mínimo, ainda não aprovados para pagamento pela assembleia de acionistas, estão demonstrados como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido. Após a aprovação pela assembleia de acionistas, os dividendos em excesso ao mínimo são transferidos para o passivo circulante, passando a caracterizar obrigações legais.

## a.2) Juros sobre o capital próprio

Pela legislação brasileira é permitido às sociedades pagarem juros sobre o capital próprio, os quais são similares ao pagamento de dividendos, porém são dedutíveis para fins de apuração dos tributos sobre a renda. A Companhia e suas controladas, para fins de atendimento à legislação tributária brasileira provisionam nos seus livros contábeis o montante devido em contrapartida à conta de despesa financeira no resultado do exercício e, para fins de apresentações destas demonstrações financeiras, reverte a referida despesa em contrapartida a um débito direito no patrimônio líquido, resultando no mesmo tratamento contábil dos dividendos.

A distribuição dos juros sobre o capital próprio aos acionistas está sujeita à retenção de imposto de renda à alíquota de 15%.

## a.3) Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos

Os juros sobre o capital próprio e dividendos não reclamados pelos acionistas prescrevem em três anos, contados a partir da data do início do pagamento. Caso ocorra a prescrição de dividendos e juros sobre o capital próprio, os montantes são contabilizados em contrapartida a lucros acumulados, para posterior distribuição.

## b) Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia tinha R\$72.900 e R\$51.785, respectivamente, a receber da Terra Networks.

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31.12.17</b>	<b>323.206</b>	<b>963.503</b>
Dividendos complementares de 2017 da TData	-	300.000
Dividendos intermediários de 2018 da TData	-	118.628
Incorporação da TData (nota 1.c.2)	-	(1.705.337)
Recebimento de dividendos da TData e da Terra Networks	-	51.785
Dividendos mínimos obrigatórios de 2018 da Terra Networks	-	51.785
Dividendos complementares de 2018 da Terra Networks	-	153.875
Recebimento de dividendos do Terra Networks	-	(205.660)
Dividendos mínimos obrigatórios de 2019 da Terra Networks	-	72.900
<b>Saldo em 31.12.19</b>	<b>72.900</b>	<b>72.900</b>

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos de controladas estão sendo alocados no grupo de “Atividades de Investimentos”.

## c) Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

## c.1) Composição

Telefônica Latinoamérica Holding

Telefônica

SP Telecomunicações Participações

Telefônica Chile

Acionistas não controladores

**Total**

## c.2) Movimentação

## Saldo em 31.12.17

Dividendos complementares de 2017

JSCP intermediários (líquidos de IRRF)

Prescrição de dividendos e JSCP

Pagamentos de dividendos e JSCP

IRRF sobre acionistas isentos/imunes de JSCP

## Saldo em 31.12.18



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

### c.1) Provisões e contingências trabalhistas

Natureza/Grau de Risco	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
Provisões	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
Contingências possíveis	513.931	746.752	547.874	779.686
	422.826	152.297	452.070	191.398

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex-empregados e de empregados terceirizados (estes alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros: falta de pagamento de horas extraordinárias, equiparação salarial, complementos salariais de aposentadoria, remuneração por insalubridade, periculosidade e questionamentos referentes à terceirização.

A Companhia também figura no polo passivo de reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-empregados aposentados, vinculados ao Plano de Assistência Médica aos Aposentados (“PAMA”), que requerem dentre outros pontos a anulação da alteração ocorrida no plano médico dos aposentados. As ações, em sua maioria, aguardam pronunciamento do Tribunal Superior do Trabalho. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos e nas recentes prestações jurisdicionais, considera esta ação como sendo de risco possível. Não foi atribuído valor referente a essas ações, pois, neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia é parte em Ações Cíveis Públicas promovidas pelo Ministério Público do Trabalho cujos objetos versam essencialmente sobre a determinação à Companhia de deixar de contratar empresa interposta para execução das atividades fim da Companhia. Em agosto de 2018, a maioria dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (“STF”) julgaram pela legalidade da terceirização irrestrita, inclusive da atividade fim, resguardada a responsabilidade subsidiária do tomador de serviço. Contudo, aguarda-se julgamento dos embargos de declaração para aclarar acerca da abrangência da referida decisão, inclusive para os casos já transitados em julgado, oportunidade em que será avaliada a aplicação da referida decisão em cada um dos processos em que se discute o tema. Diante de tais considerações, ainda não há condições de estimar valores ou eventuais prejuízos para a Companhia.

### c.2) Provisões e contingências tributárias

Natureza/Grau de Risco	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
Provisões	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
Federais (1)	486.659	442.575	573.229	526.943
Estaduais	466.164	909.547	466.164	909.547
Municipais	34.915	33.607	34.915	33.607
FUST	501.641	481.800	501.641	481.800
Contingências possíveis	25.451.648	35.257.515	26.104.867	36.103.128
Federais (1)	2.206.080	11.743.016	2.233.733	12.025.529
Estaduais	14.859.455	15.736.730	15.460.028	16.294.685
Municipais	662.119	632.569	669.114	637.690
FUST, FUNTEL e FISTEL	7.723.994	7.145.200	7.741.992	7.145.224

(1) Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia aplicou os requisitos da IFRIC 23 – *Incertezas sobre Tratamentos de Imposto de Renda* e, desta forma, apresentamos as informações de imposto de renda e contribuição social de 31 de dezembro de 2019 na nota 7.

### c.2.1) Provisões tributárias

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e regulatórios (FUST), descritos a seguir:

#### Tributos federais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais no âmbito federal, sendo as mais relevantes: (i) manifestações de inconformidade decorrente de não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição formulados; (ii) GIDE incidente sobre a remessa de valores ao exterior relativos aos serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como sobre *royalties*; (iii) IRRF sobre juros sobre o capital próprio; (iv) compensação de FINSOCIAL; e (v) majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como majoração da alíquota da COFINS, exigidas por meio da Lei nº 9.718/98.

#### Tributos estaduais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussões administrativas e judiciais no âmbito estadual, relativas a (i) glosa de créditos; (ii) não tributação de supostos serviços de telecomunicações; (iii) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (iv) diferencial de alíquota; (v) locação de infraestrutura necessária aos serviços de *internet* (dados); (vi) saídas de mercadorias com preços inferiores aos de aquisição; e (vii) não tributação de valores concedidos a título de descontos aos clientes.

#### Tributos municipais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações na esfera judicial no âmbito municipal, relativas a: (i) IPTU; (ii) ISS incidente sobre: (a) serviços de locação de bens móveis e atividades-meio e suplementares; e (b) retenção sobre serviços de empreitada.

#### FUST

A Companhia e/ou suas controladas mantêm discussão judicial, relativa à não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST.

### c.2.2) Contingências tributárias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e regulatórios (FUST, FUNTEL e FISTEL), descritos a seguir:

#### Tributos federais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais no âmbito federal, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias. Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações formulados pela Companhia; (ii) INSS sobre: (a) remuneração decorrente da reposição de perdas salariais originadas do “Plano Verão” e “Plano Bresser”; (b) SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCAR e SEBRAE); (c) retenção de 11% (cessão de mão de obra); e (d) *Stock Options* exigência de contribuições previdenciárias sobre as parcelas pagas pelas empresas do grupo aos seus empregados por meio de plano de compra de ações; (iii) IRRF e GIDE sobre a remessa de valores ao exterior relativos aos serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (iv) deduções da COFINS de perda com operações de *swap*; (v) PIS e COFINS sobre (a) regime de competência versus regime de caixa; (b) sobre serviços de valor agregado; e (c) serviço de assinatura mensal; (vi) ex-tarifário, revogação do benefício da Resolução CAMEX nº 6, aumento da tarifa de importação de 4% para 20%; (vii) IPT na saída do estabelecimento da Companhia dos equipamentos conhecidos como “*Fixed access unit*” (unidade de acesso fixo); e (viii) IOF, exigência relativa às operações de mútuo, *intercompany* e operações de crédito.

#### Tributos estaduais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais no âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias, sendo: (i) locação de bens móveis; (ii) ligações internacionais (DDI); (iii) estorno de créditos extemporâneos; (iv) prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento para o Estado de São Paulo; (v) *co-billing*; (vi) substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); (vii) aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; (viii) atividades meio, serviços de valor adicionado e suplementares; (ix) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (x) cobrança diferida referente a interconexão (Detraff); (xi) créditos advindos de benefícios fiscais concedidos por outros entes federados; (xii) glosa de incentivos fiscais relativos aos projetos culturais; (xiii) transferências de bens do ativo imobilizado entre estabelecimentos próprios; (xiv) créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; (xv) doação de cartões para ativação no serviço pré-pago; (xvi) estorno de crédito decorrente de operação de comodato, em sessão de redes (consumo próprio e isenção de órgãos públicos); (xvii) multa Detraff; (xviii) consumo próprio; (xix) isenção de órgãos públicos; (xx) valores dados a título de descontos; (xxi) reestruturação de livro físico sem autorização prévia do fisco; (xxii) serviços de publicidade; (xxiii) serviços não medidos; e (xxiv) assinatura mensal, que se encontra no STF com embargos de declaração e a Companhia aguarda o julgamento sobre o pedido de modulação.

#### Tributos municipais

A Companhia e/ou suas controladas mantêm diversas ações administrativas e judiciais no âmbito municipal, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações relevantes, destacam-se: (i) ISS sobre (a) atividade meio, serviço de valor adicionado e suplementar; (b) retenção na fonte; (c) prestação de serviço de identificador de chamadas e habilitação de celular; (d) prestação de serviços contínuos, provisões, estornos e notas fiscais canceladas; (e) processamento de dados e congêneres antivírus; (f) tarifa de uso da rede móvel e locação de infraestrutura; (g) serviços de publicidade; (h) serviços prestados por terceiros; e (i) serviços de consultoria em áreas de gestão empresarial prestados pela Telefônica Latino América Holding; (ii) IPTU; (iii) taxa de uso do solo; e (iv) diversas taxas municipais.

#### FUST, FUNTEL e FISTEL

### Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (“FUST”)

Mandatos de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das receitas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada (“EILD”) na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do artigo 6º da Lei nº 9.998/00, os quais aguardam julgamento pelos Tribunais Superiores.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pela ANATEL em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, EILD e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 31 de dezembro de 2019, o montante consolidado envolvido totalizava R\$4.411.759 (R\$3.701.208 em 31 de dezembro de 2018).

### Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (“FUNTEL”)

Mandatos de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das receitas de interconexão e quaisquer outras decorrentes do uso de recursos integrantes de suas redes na base de cálculo do FUNTEL, conforme determina a Lei nº 10.852/00 e o Decreto nº 3.737/01, afastando-se assim a aplicação indevida do artigo 4º, §5º, da Resolução nº 95/13.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pelo Ministério das Comunicações em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, recursos integrantes da rede e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 31 de dezembro de 2019, o montante consolidado envolvido totalizava R\$723.105 (R\$618.473 em 31 de dezembro de 2018).

### Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (“FISTEL”)

Ações judiciais para cobrança da TFI sobre: (i) prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado; e (ii) prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal.

Em 31 de dezembro de 2019, o montante consolidado envolvido totalizava R\$2.607.128 (R\$2.825.543 em 31 de dezembro de 2018).

### c.3) Provisões e contingências cíveis

Natureza/Grau de Risco	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
Provisões	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
Contingências possíveis	788.343	995.740	797.448	1.004.803
	3.478.692	3.480.441	3.494.626	3.493.655

c.3.1) Provisões cíveis

- No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:
  - A Companhia está envolvida em ações que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação aos planos de expansão da rede após 1996 (processos de complementação de ações). Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Em 31 de dezembro de 2019 o montante consolidado provisionado era de R\$297.641 (R\$334.877 em 31 de dezembro de 2018).
  - A Companhia e/ou suas controladas são parte em diversas demandas cíveis de natureza consumidor nas esferas administrativa e judicial, que tem como objeto a não prestação dos serviços e/ou produtos vendidos. Em 31 de dezembro de 2019 o montante consolidado provisionado era de R\$ R\$211.865 (R\$353.850 em 31 de dezembro de 2018).
  - A Companhia e/ou suas controladas são parte em diversas demandas cíveis de naturezas não consumerista nas esferas administrativa e judicial, todas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 31 de dezembro de 2019, o montante consolidado provisionado era de R\$287.942 (R\$316.076 em 31 de dezembro de 2018).

### c.3.2) Contingências cíveis possíveis

- No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:
  - Ação Coletiva movida pela Associação dos Participantes da SISTEL (“ASTEL”) no Estado de São Paulo, pela qual os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo questionam as mudanças realizadas no Plano de Assistência Médica dos Aposentados da Companhia (“PAMA”) e em síntese, restabelecimento ao “*status quo*” anterior. O processo está ainda em fase recursal, aguardando julgamento de Agravo de Instrumento interposto pela Companhia contra decisão de admissibilidade dos seus Recursos Especial e Extraordinário interpostos em face da decisão de 2º grau, que reformou parcialmente a sentença de improcedência. O valor é inestimável e os pedidos não tem como serem liquidados pela sua inexecutabilidade, tendo em vista que envolve retorno ao condições do plano anterior.
  - Ações Cíveis Públicas propostas respectivamente pela ASTEL e pela Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Fundos de Pensão do Setor de Telecomunicação (“FENAPAS”), em que a ASTEL figura como sua assistente proposta contra a Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando à anulação da cisão de plano previdenciário PBS, alegando em síntese o “*desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel*”, que originou diversos planos específicos PBS espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes de *superávit* técnico e contábil fiscal existente à época da cisão. Quanto à ação proposta unicamente pela ASTEL, houve decisão favorável em primeiro grau. Sucessivamente, a ASTEL apelou e houve destituição do recurso, mantendo-se a decisão favorável. Quanto à ação proposta pela FENAPAS, o valor é inestimável e os pedidos não têm como serem liquidados pela sua inexecutabilidade, tendo em vista que envolve retorno a acervo cindido da Sistel relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telebrás.
  - A Companhia é parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas que tem por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (“PROCON”), bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal, assim como, também é parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 31 de dezembro de 2019, o montante consolidado era de R\$3.467.941 (R\$3.466.522 em 31 de dezembro de 2018).
  - A Terra Networks é parte em: (i) ação movida por fornecedor referente a transmissão de eventos; (ii) multa do PROCON (ação anulatória); (iii) ação indenizatória relativa ao uso de conteúdo; (iv) ação ECAD relativa a cobrança de direitos autorais; e (v) ações reclamationárias movidas por ex-assinantes relativas a cobrança não reconhecida, cobrança de valor indevido e descumprimento contratual. Em 31 de dezembro de 2019 o montante era de R\$15.443 (R\$12.926 em 31 de dezembro de 2018).
  - A Companhia vem recebendo autuações referentes ao descumprimento do Decreto do Serviço de Atendimento ao Consumidor (“SAC”). Atualmente temos algumas ações (processos administrativos e judiciais). Em 31 de dezembro de 2019 o montante era de R\$11.626 (R\$14.207 em 31 de dezembro de 2018).
  - Propriedade Intelectual: Lune Projetos Especiais Telecomunicação Comércio e Ind. Ltda (“Lune”), empresa brasileira, propôs ação judicial em 20 de novembro de 2001 contra 23 operadoras de telecomunicações de serviço móvel alegando ser possuidora da patente do identificador de chamadas, bem como ser titular do registro da marca “Bina”. Pretende a interrupção da prestação desse serviço pelas operadoras e indenização equivalente à quantidade paga pelos consumidores pela utilização do serviço. Houve sentença desfavorável para determinar que a Companhia se abstivesse de comercializar telefones celulares com serviço de identificação de chamadas (“Bina”), com multa diária de R\$10.000,00 (Dez mil reais) em caso de descumprimento. Além disso, a sentença condenou a Companhia ao pagamento de indenização por *royalties*, e ser apurado em liquidação de sentença. Opostos Embargos de Declaração por todas as partes, sendo acolhidos os embargos de declaração da Lune no sentido de entender cabível a apreciação da tutela antecipada nesta fase processual. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento em face da presente decisão, que concedeu efeito suspensivo a tutela antecipada tornando sem efeito a decisão desfavorável até julgamento final do Agravo. Interposto Recurso de Apelação em face da sentença, que foi provido no dia 30 de junho de 2016 pela 4ª Câmara do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, para anular a sentença de primeiro grau e remeter o processo para a primeira instância para realização de uma nova pericia. Não há como determinar neste momento a extensão das responsabilidades potenciais com relação a esta reivindicação, já que a pericia está em seu estágio inicial.
  - A Companhia, em conjunto com outras operadoras de telecomunicações sem fio, são réis em várias ações movidas pelo Ministério Público e associações de defesa do consumidor que contestam a imposição de prazo para utilização de minutos pré-pagos. Os demandantes alegam que os minutos pré-pagos não devem expirar após prazo específico. Decisões conflitantes foram proferidas pelos tribunais sobre a matéria, apesar de acreditarmos que os nossos critérios para a imposição do prazo estão em conformidade com as normas da ANATEL.

### c.4) Provisões e contingências regulatórias

Natureza/Grau de Risco	Valores envolvidos		
	Controladora/Consolidado	31.12.19	31.12.18
Provisões	1.145.736	1.022.216	
Contingências possíveis	5.645.107	6.119.136	

#### c.4.1) Provisões regulatórias

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são prováveis as chances de perda nos processos envolvendo matéria regulatória, descritos a seguir:

A Companhia figura como parte em processos administrativos instaurados majoritariamente pela ANATEL, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como em processos judiciais que discutem, em grande maioria, sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa.

#### c.4.2) Contingências regulatórias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos envolvendo matéria regulatória, descritos a seguir:

A Companhia mantém processos administrativos instaurados majoritariamente pela ANATEL (outros agentes, incluindo outras operadoras também têm demandas contra a Companhia) com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como processos judiciais que discutem majoritariamente sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa.

Casos relevantes na carteira de contingências regulatórias possíveis incluem:

- Processos administrativos e judiciais que discutem a forma de a ANATEL calcular o valor de ônus devido em razão da prorrogação das radiofrequências associadas ao SMP. Na visão da ANATEL, o cálculo de ônus deve considerar a aplicação do percentual de 2% sobre todo o proveito econômico decorrente da prestação do serviço de STFC/SMP. Na visão da Companhia, porém, as receitas que não são parte dos planos de serviço de STFC/SMP, tal como definido pela regulamentação à época da assinatura dos termos de autorização/contratos de concessão, não devem ser consideradas no cálculo do ônus. Como resultado dessa divergência de entendimento, a Companhia ingressou com pleitos administrativos e ações judiciais para questionar as cobranças de ônus da ANATEL.

- A Companhia propôs, em maio de 2018, ação judicial, para anular decisão final da ANATEL, de março do mesmo ano, nos autos do Procedimento de Apuração de Descumprimento de Obrigações (“PADO”) por supostas infrações ao regulamento de telefonia fixa. A multa aplicada pela ANATEL, e objeto da ação judicial, totaliza R\$211 milhões como valor principal. Em 31 de dezembro de 2019, o valor atualizado, acrescido de juros e correção monetária, alcança aproximadamente R\$505 milhões. Em 31 de dezembro de 2018, este montante era R\$482 milhões, aproximadamente. A Companhia entende que a multa aplicada é ilegal e indevida com base, fundamentalmente, nos seguintes argumentos de defesa: (i) o equívoco da ANATEL ao determinar o universo de usuários considerado na multa (número de usuários afetados é menor do que o considerado pela ANATEL) e; (ii) o cálculo de sanção de multa é desproporcional e sem embasamento. A ação está em primeira instância e, neste momento, aguarda sentença, após a Companhia ter juntado laudo pericial que suporta os argumentos a favor da redução da multa.

#### d) Garantias

A Companhia e suas controladas concederam garantias aos processos de natureza tributária, cível e trabalhista, como segue:

	Consolidado	
	31.12.19	31.12.18
Imóveis e equipamentos	81.416	94.641
Depósitos e bloqueios judiciais	3.670.885	3.910.014
Cartas fiança	2.608.463	2.301.210
<b>Total</b>	<b>6.360.764</b>	<b>6.305.865</b>

Em 31 de dezembro de 2019, além das garantias citadas no quadro anterior, a Companhia e suas controladas possuíam valores de aplicações financeiras bloqueadas judicialmente (exceto as aplicações relacionadas a empréstimos), no montante consolidado de R\$50.554 (R\$64.461 em 31 de dezembro de 2018).

## 20 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ARRENDAMENTOS

### a) Política contábil

São passivos financeiros mensurados e reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos para sua obtenção e posteriormente mensurados pelo custo amortizado (acrescidos de encargos e juros pró-rata), considerando a taxa de juros efetiva de cada operação, ou pelo valor justo por meio do resultado.

São classificados como circulante, a menos que a Companhia tenha o direito incondicional de liquidar o passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do encerramento do exercício.

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período superior a 18 meses para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. A Companhia não capitalizou custos de empréstimos e financiamentos e debêntures em função de não haver ativos qualificáveis.

Todos os demais custos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures compreendem juros e outros custos incorridos.

### b) Informações dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos

Moeda	Consolidado					
	Informações em 31 de dezembro de 2019			31.12.19		31.12.18
	Taxa de juros anual	Vencimento	Garantias	Circulante	Não Circulante	Total
<b>Moeda local</b>						
<b>Instituições financeiras (b.1)</b>				<b>4.126.490</b>	<b>9.698.183</b>	<b>13.824.673</b>
BNDES FINEM	-	-	-	23.865	24.985	48.850
BNDES FINEM	-	-	-	-	-	666.213
BNDES FINEM	-	-	-	-	-	819.742
BNDES FINEM	-	-	-	-	-	1.485.955
BNDES FINEM	-	-	-	-	-	214.012
BNDES FINEM	-	-	-	-	-	184.200
BNDES FINEM	-	-	-	-	-	122.011
BNDES FINEM	-	-	-	-	-	13.403
BNDES FINEM	-	-	-	-	-	103.486
BNDES FINEM	-	-	-	-	-	316.269
BNDES FINEM	-	-	-	-	-	419.755
BNDES FINEM	-	-	-	-	-	37.837
BNDES FINEM	-	-	-	-	-	94.516
BNDES FINEM	-	-	-	-	-	132.353
BNDES FINEM	-	-	-	-	-	80.014
BNDES FINEM	-	-	-	-	-	245.887
BNDES FINEM	-	-	-	-	-	325.901
PSI	-	-	-	-	-	18.207
BNB	-	-	-	-	-	1.263
BNB	-	-	-	-	-	39.796
BNB	-	-	-	-	-	54.850
<b>Fornecedores (b.2)</b>				<b>996.177</b>	<b>97</b>	<b>996.274</b>
<b>Debêntures (b.3)</b>				<b>1.077.183</b>	<b>2.027.167</b>	<b>3.104.350</b>
4ª emissão - Série 3	-	-	-	-	-	41.121
1ª emissão - Minas Comunica	-	-	-	-	-	28.366
5ª emissão	-	-	-	-	-	28.366
6ª emissão	-	-	-	-	-	56.732
Arrendamentos (b.4)	-	-	-	-	-	2.043.305
Contraprestação contingente (b.5)	-					



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

**21 RECEITAS DIFERIDAS**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
Alienação de ativos imobilizados (1)	94.383	89.835	94.383	89.835
Subvenções governamentais (2)	61.613	94.335	61.613	94.335
Passivos contratuais - IFRS 15 (3)	499.035	532.207	499.035	532.207
Outras (4)	59.379	59.658	63.051	59.658
<b>Total</b>	<b>714.410</b>	<b>776.035</b>	<b>718.082</b>	<b>776.035</b>
Circulante	506.181	525.509	506.181	525.509
Não circulante	208.229	250.526	211.901	250.526

- Inclui os saldos líquidos dos valores residuais da alienação de torres e *rooftops* não estratégicos, que são transferidos ao resultado quando do cumprimento das condições para reconhecimento contábil e uma parcela do montante decorrente da alienação dos *data centers* de Tamboré e de Curitiba (CIC) para uma sociedade controlada por Asterion Industrial Partners SGEIC, S.A, que será reconhecida no resultado pelo prazo de 10 anos, conforme condições contratuais.
- Refere-se aos valores de: (i) subvenção decorrente de recursos obtidos de linha de financiamento, utilizados para a aquisição de equipamentos nacionais, que estão sendo amortizados pelos prazos de vida útil dos equipamentos e; (ii) subvenções decorrentes de projetos relativos a tributos estaduais, que estão sendo amortizados pelos prazos contratuais.
- Refere-se ao saldo dos passivos contratuais de clientes, sendo diferido na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.
- Inclui os saldos do processo de ressarcimento pelos custos de desocupação das subfaixas de radiofrequência 2.500MHz a 2.690MHz em decorrência da desativação do Serviço de Distribuição Multiponto Multicanal (MMDs).

A seguir, apresentamos as movimentações dos passivos contratuais (IFRS 15), principalmente relativos à venda de créditos de pré-pagos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	2019	2018
<b>Adoção inicial em 01.01.18</b>	<b>178.897</b>	<b>383.688</b>
Reclassificações em 01.01.18	383.688	7.271.614
Altas	7.271.614	(7.301.992)
Baixas	(7.301.992)	532.207
<b>Saldos em 31.12.18</b>	<b>532.207</b>	<b>6.762.607</b>
Altas	6.762.607	(6.795.779)
Baixas	(6.795.779)	<b>499.035</b>
<b>Saldos em 31.12.19</b>	<b>499.035</b>	<b>468.776</b>
Circulante	468.776	30.259
Não circulante	30.259	-

A seguir, apresentamos os prazos de expectativa de realizações dos passivos contratuais.

	2019	2018
2020	468.776	11.342
2021	11.342	3.468
2022	3.468	3.468
2023	3.468	3.468
2024	3.468	8.513
2025 em diante	8.513	499.035
<b>Total</b>	<b>499.035</b>	<b>499.035</b>

**22 OUTROS PASSIVOS**

	Controladora		Consolidado	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
Obrigações com a ANATEL (1)	300.119	346.950	300.119	346.950
Obrigações com partes relacionadas (nota 28)	21.789	25.198	30.114	31.716
Retenções de terceiros (2)	219.323	117.615	222.056	120.711
Planos de previdência e outros benefícios pós-emprego (nota 30)	1.150.601	674.948	1.155.067	679.478
Valores a restituir a assinantes	44.231	56.941	43.794	56.897
Outras obrigações	36.165	61.279	36.781	61.957
<b>Total</b>	<b>1.772.228</b>	<b>1.282.931</b>	<b>1.787.931</b>	<b>1.297.709</b>
Circulante	353.635	357.535	365.192	368.376
Não circulante	1.418.593	925.396	1.422.739	929.333

- Inclui montantes referentes ao ônus para a renovação das licenças do STFC e SMP.
- Refere-se às retenções sobre folha de pagamento e de tributos retidos na fonte sobre juros sobre o capital próprio e sobre prestação de serviços.

**23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**a) Capital social**  
 Segundo o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 1.850.000.000 ações ordinárias ou preferenciais. O Conselho de Administração é o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado. A Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76, artigo 166, inciso IV) estabelece que o capital social pode ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária convocada para decidir sobre a reforma do Estatuto Social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada. Não há obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre o número de ações de cada espécie, observando-se, entretanto, que o número de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, não poderá ultrapassar 2/3 das ações emitidas. As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses previstas nos artigos 9 e 10 do Estatuto Social, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei nº 6.404/76. Ainda é concedido às ações preferenciais direito de voto pleno, quando a Companhia deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus, por 3 exercícios sociais consecutivos, direito que conservarão até o seu pagamento. O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 era de R\$63.571.416, representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total Geral	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
<b>Grupo Controlador</b>	<b>540.033.264</b>	<b>94,47%</b>	<b>704.207.855</b>	<b>62,91%</b>	<b>1.244.241.119</b>	<b>73,58%</b>
Telefônica Latinoamerica Holding	46.746.635	8,18%	360.532.578	32,21%	407.279.213	24,09%
Telefônica	198.207.608	34,67%	305.122.195	27,26%	503.329.803	29,76%
SP Telecomunicações Participações	294.158.155	51,46%	38.537.435	3,44%	332.695.590	19,67%
Telefônica Chile	920.866	0,16%	15.647	0,00%	936.513	0,06%
<b>Outros acionistas</b>	<b>29.320.789</b>	<b>5,13%</b>	<b>415.131.868</b>	<b>37,09%</b>	<b>444.452.657</b>	<b>26,28%</b>
<b>Ações em tesouraria</b>	<b>2.290.164</b>	<b>0,40%</b>	<b>983</b>	<b>0,00%</b>	<b>2.291.147</b>	<b>0,14%</b>
<b>Total de ações emitidas</b>	<b>571.644.217</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.119.340.706</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.690.984.923</b>	<b>100,00%</b>
Ações em tesouraria	(2.290.164)		(983)		(2.291.147)	
<b>Total de ações em circulação</b>	<b>569.354.053</b>		<b>1.119.339.723</b>		<b>1.688.693.776</b>	

**b) Reservas de capital**  
**b.1) Reserva especial de ágio**  
 Representa o benefício fiscal gerado pela incorporação da Telefônica Data do Brasil Ltda. que será capitalizado em favor do acionista controlador (SP Telecomunicações Participações) após a realização do crédito fiscal, nos termos da Instrução CVM nº 319/99. O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2019 e 2018 era de R\$63.074.  
**b.2) Outras reservas de capital**  
 A seguir, apresentamos a composição desta rubrica em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	2019	2018
Excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão (1)	2.735.930	2.735.930
Cancelamento de ações - AGE de 12/03/15 (2)	(112.107)	(112.107)
Custos diretos de aumentos de capital (3)	(62.433)	(62.433)
Incorporação de ações da GVTPart. (4)	(1.188.707)	(1.188.707)
Efeitos das aquisições da Lemontree e GTR pela Companhia e TLog pela TData (5)	(75.388)	(75.388)
Efeitos da cotação das ações pela transferência de ações referente a processo judicial (6)	2	2
Efeitos da aquisição do Terra Networks pela TData (7)	(59.029)	(59.029)
Efeitos da aquisição da TIS pela Terra Networks (8)	(48.135)	-
Outros movimentos	76	10
<b>Total</b>	<b>1.190.209</b>	<b>1.238.278</b>

- Refere-se ao excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão.
- Refere-se ao cancelamento de 2.332.686 ações de emissão da Companhia, mantidas em tesouraria, aprovado pela AGE de 12 de março de 2015.
- Refere-se aos custos diretos (líquidos de tributos) dos aumentos de capital da Companhia ocorridos em 28 de abril de 2015 e 30 de abril de 2015, decorrentes da Oferta Primária de Ações.
- Refere-se à diferença entre o valor econômico da incorporação das ações da GVTPart. e o valor de mercado das ações, emitidas na data de fechamento da transação.
- Refere-se aos efeitos das transações de aquisição de ações de acionistas não controladores que, com a adoção do IFRS 10/CPCs 35 e 36 passaram a ser registrados no patrimônio líquido quando não houver alteração no controle acionário.
- Refere-se aos efeitos das cotações das ações nas baixas pela transferência de 62 ações preferenciais em tesouraria para ações em circulação pelo cumprimento de decisões de processos judiciais no qual a Companhia está envolvida que versa sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação a planos de expansão da rede após 1996.
- Refere-se aos efeitos pela aquisição do Terra Networks pela TData, referente à diferença entre a contraprestação dada em troca da participação societária obtida e o valor dos ativos líquidos adquiridos (nota 1.c.2).
- Refere-se aos efeitos pela aquisição da TIS pela Terra Networks, referente à diferença entre a contraprestação dada em troca da participação societária obtida e o valor dos ativos líquidos adquiridos (nota 1.c.1).

**b.3) Ações em tesouraria**  
 São instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos e reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração dos resultados na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Representam as ações da Companhia mantidas em tesouraria, cujo saldo é resultante (i) do exercício do direito de resgate dos acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia que manifestaram a sua dissidência com relação à aquisição da GVTPart.; (ii) das aquisições de ações preferenciais no mercado financeiro de acordo com o Programa de Recompra de Ações vigente ao tempo da operação; e (iii) das transferências de ações preferenciais, referente ao cumprimento de decisões de processos judiciais no qual a Companhia está envolvida que versa sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação a planos de expansão da rede após 1996. O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2019 e 2018 era de R\$87.820, composto por 2.290.164 ações ordinárias e 983 ações preferenciais.

**c) Reservas de lucro**  
**c.1) Reserva legal**  
 Esta reserva é constituída obrigatoriamente pela Companhia à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social e para compensar prejuízos acumulados.  
**c.2) Reserva para expansão e modernização**  
 Esta reserva é constituída com base no orçamento de capital, que tem o objetivo de garantir a expansão da capacidade de rede para atender à crescente demanda da Companhia e garantir a qualidade na prestação dos serviços. Em conformidade com o artigo nº 196 da Lei nº 6.404/76, o orçamento de capital é submetido para apreciação e aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas ("AGO").  
**c.3) Incentivos fiscais**  
 A Companhia possui benefícios fiscais relativos ao ICMS nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, referente a créditos outorgados junto aos órgãos competentes dos referidos estados, vinculados a investimentos na instalação de equipamentos de suporte ao SMP, em pleno funcionamento e operação, de acordo com as normas em vigor, que assegurem que as localidades relacionadas no edital, sejam inseridas na área de cobertura do SMP. A parcela destes benefícios fiscais foi excluída do cálculo dos dividendos, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos.  
**c.4) Movimentação das reservas de lucros**  
 A seguir, apresentamos a movimentação das reservas de lucro.

	Reserva legal	Reserva para expansão e modernização	Incentivos fiscais	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>2.138.344</b>	<b>297.000</b>	<b>27.884</b>	<b>2.463.228</b>
Reversão de reservas	-	(297.000)	-	(297.000)
Constituição de reservas	446.413	1.700.000	11.529	2.157.942
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>2.584.757</b>	<b>1.700.000</b>	<b>39.413</b>	<b>4.324.170</b>
Reversão de reservas	-	(1.700.000)	-	(1.700.000)
Constituição de reservas	250.051	600.000	18.166	868.217
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.834.808</b>	<b>600.000</b>	<b>57.579</b>	<b>3.492.387</b>

**d) Dividendos e juros sobre o capital próprio**  
**d.1) Dividendos complementares do exercício de 2018**  
 Em 11 de abril de 2019, a AGO da Companhia aprovou a destinação de dividendos adicionais propostos do exercício de 2018, ainda não distribuídos, no montante de R\$2.468.684 aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia da AGO. O início dos pagamentos destes dividendos ocorreu em 17 de dezembro de 2019.  
**d.2) Remuneração aos acionistas**  
 Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. A seguir, apresentamos o cálculo de dividendos e juros sobre o capital próprio deliberados para os exercícios de 2019 e 2018:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	5.001.014	8.928.258
(-) Apropriação à reserva legal	(250.051)	(446.413)
(-) Incentivos fiscais não distribuíveis	(18.166)	(11.529)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>4.732.797</b>	<b>8.470.316</b>
<b>(-) Dividendos e Juros sobre o capital próprio distribuídos no exercício:</b>	<b>(3.588.000)</b>	<b>(4.550.000)</b>
Juros sobre o capital próprio (bruto)	(2.588.000)	(4.550.000)
Dividendos Intermediários	(1.000.000)	-
<b>Saldo de lucro líquido não destinado</b>	<b>1.144.797</b>	<b>3.920.316</b>
(+) Reversão da reserva especial para expansão e modernização do exercício anterior	1.700.000	297.000
(-) Efeitos das adoções do IFRS 9 e IFRS 15, líquidos de tributos em 01.01.18	-	(138.663)
(+) Juros sobre o capital próprio e dividendos prescritos	82.898	152.770
(-) Perdas atuariais reconhecidas e efeito da limitação dos ativos dos planos superavitários, líquidos de tributos	(132.120)	(62.739)
<b>Lucro disponível para distribuição</b>	<b>2.795.575</b>	<b>4.168.684</b>
<b>Proposta para a distribuição:</b>		
<b>Reserva especial para expansão e modernização</b>	<b>600.000</b>	<b>1.700.000</b>
<b>Dividendos adicionais propostos:</b>	<b>2.195.575</b>	<b>2.468.684</b>
Dividendos adicionais propostos - Base lucro líquido do exercício	495.575	2.171.684
Dividendos adicionais propostos - Base lucro líquido do exercício anterior, referente a reversão da reserva especial para expansão e modernização	1.700.000	297.000
<b>Total</b>	<b>2.795.575</b>	<b>4.168.684</b>
<b>Dividendos mínimos obrigatórios - 25% do lucro líquido ajustado (apenas informativo)</b>	<b>1.183.199</b>	<b>2.117.579</b>

A proposta para a deliberação do exercício de 2019, apresentada acima, será submetida à aprovação da AGO, a ser realizada no exercício de 2020.

	2019	2018
<b>Total de dividendo proposto para deliberação - por ação</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Ações ordinárias	1,219339	1,371013
Ações preferenciais	1,341273	1,508114

Durante os exercícios de 2019 e 2018, a Companhia destinou juros sobre o capital próprio intermediários e dividendos, os quais foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme segue:

**Exercício de 2019**

Natureza	Datas			Valor bruto			Valor líquido			Valor por ação	
	Aprovação	Crédito	Início do pagamento	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais
JSCP	15/02/19	28/02/19	Até 31/12/20	221.338	478.662	700.000	188.137	406.863	595.000	0,33044031480	0,36348434628
JSCP	17/04/19	30/04/19	Até 31/12/20	180.233	389.767	570.000	153.198	331.302	484.500	0,26907282777	0,29598011054
JSCP	17/06/19	28/06/19	Até 31/12/20	306.079	661.921	968.000	260.167	562.633	822.800	0,45695174961	0,50264692458
JSCP	19/12/19	30/12/19	Até 31/12/20	110.669	239.331	350.000	94.069	203.431	297.500	0,16522015740	0,18174217314
Dividendos	19/12/19	30/12/19	Até 31/12/20	316.198	683.802	1.000.000	316.198	683.802	1.000.000	0,55536187362	0,6108906098
<b>Total</b>				<b>1.134.517</b>	<b>2.453.483</b>	<b>3.588.000</b>	<b>1.011.769</b>	<b>2.188.031</b>	<b>3.199.800</b>		

**Exercício de 2018**

Natureza	Datas			Valor Bruto			Valor Líquido			Valor por ação	
	Aprovação	Crédito	Início do pagamento	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais
JSCP	18/06/18	29/06/18	20/08/19	126.479	273.521	400.000	107.507	232.493	340.000	0,18882303703	0,20770534073
JSCP	05/09/18	17/09/18	20/08/19	885.353	1.914.647	2.800.000	752.550	1.627.450	2.380.000	1,32176125923	1,45393738515
JSCP	04/12/18	17/12/18	17/12/19	426.867	923.133	1.350.000	362.837	784.663	1.147.500	0,63772774998	0,70100552498
<b>Total</b>				<b>1.438.699</b>	<b>3.111.301</b>	<b>4.550.000</b>	<b>1.222.894</b>	<b>2.644.606</b>	<b>3.867.500</b>		

Os valores dos juros sobre o capital próprio por ação, estão calculados e apresentados líquidos de imposto de renda retido na fonte (IRRF). Os acionistas imunes receberam os juros sobre o capital próprio integral, sem retenção de imposto de renda na fonte. Os valores brutos e líquidos referentes às ações preferenciais são 10% maiores que os atribuídos a cada ação ordinária, conforme artigo 7º do Estatuto Social da Companhia.  
**d.3) Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos**  
 Conforme o artigo nº 287, inciso II, item "a" da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data do início de pagamento. A Companhia reverte o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia reverteu o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos nos montantes de R\$82.898 e R\$152.770, respectivamente, os quais foram incluídos nos cálculos para as deliberações de dividendos da Companhia.  
**e) Outros resultados abrangentes acumulados**  
**Ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes:** Refere-se às variações de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda. **Instrumentos financeiros derivativos:** Refere-se à parte eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa até a data do balanço. **Efeitos da conversão de investimentos no exterior:** Refere-se às diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras da Aliança (controlada em conjunto).  
 A seguir, apresentamos a movimentação de outros resultados abrangentes, líquidos dos tributos:



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

## 27 RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

## a) Política contábil

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos, financiamentos, debêntures, ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras, sendo reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas.

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como ativos financeiros a valor justo através de outros resultados abrangentes, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

## b) Composição

## Recitas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Recitas de aplicações financeiras	258.749	213.541	272.158	246.083
Juros ativos (clientes, tributos e outros)	175.738	106.008	177.636	118.476
Ganhos com instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	314.736	301.880	315.351	305.996
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 20)	5.140	32.326	5.140	32.326
Outras receitas com variações cambiais e monetárias (1)	202.230	3.296.461	209.447	3.341.211
Outras receitas financeiras	153.093	40.892	153.138	68.548
<b>Total</b>	<b>1.109.686</b>	<b>3.991.108</b>	<b>1.132.870</b>	<b>4.112.640</b>

## Despesas Financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Encargos de empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos (nota 20) (3)	(830.615)	(510.398)	(830.686)	(510.398)
Variações cambiais de empréstimos e financiamentos (nota 20)	(4.036)	(61.174)	(4.036)	(61.174)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos (nota 31)	(263.151)	(290.333)	(263.388)	(295.208)
Juros passivos (instituições financeiras, provisões, fornecedores, tributos e outros)	(143.514)	(182.647)	(144.779)	(186.238)
Outras despesas com variações cambiais e monetárias	(603.145)	(946.954)	(615.291)	(963.463)
IOF, Fis, Cofins e outras despesas financeiras (2)	(92.938)	(262.738)	(94.831)	(269.006)
<b>Total</b>	<b>(1.937.399)</b>	<b>(2.254.244)</b>	<b>(1.953.011)</b>	<b>(2.285.487)</b>
	<b>(827.713)</b>	<b>1.736.864</b>	<b>(820.141)</b>	<b>1.827.153</b>

## Resultado financeiro, líquido

- Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, incluem as atualizações monetárias, nos montantes de R\$2.897.153 (controladora) e R\$2.926.247 (consolidado), sobre os créditos fiscais oriundos dos processos judiciais transitados em julgado a favor da Companhia e sua controlada (Tdata), que reconhecem o direito da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS para os períodos compreendidos entre setembro de 2003 e junho de 2017 e julho de 2004 a junho de 2013 (Nota 8).
- Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, inclui R\$136.070 de PIS e COFINS, sobre os montantes consolidados descritos no item (1).
- Inclui os montantes consolidados de R\$457.985 e R\$45.501 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente, referente à encargos de arrendamentos.

## 28 TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

## a) Transações e saldos com partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas decorrem de transações com empresas relacionadas com o grupo controlador, as quais foram realizadas em preços de mercado e demais condições comerciais acordadas em contrato entre as partes, e são como segue:

- Serviços de telefonia fixa e móvel, prestados a empresas do Grupo Telefônica;
  - Serviços de TV digital, prestados pela Média Networks Latino América;
  - Aluguel, manutenção de equipamento de segurança e serviços de construção civil, prestados pela Telefônica Infraestrutura e Segurança (anteriormente Telefônica Inteligência e Segurança Brasil); saldos apresentados relativos ao resultado, referem-se do período de janeiro a agosto de 2019;
  - Serviços corporativos, repassados pelo custo efetivamente incorrido nesses serviços;
  - Direito de uso de determinadas licenças de *softwares*, incluindo a manutenção e suporte prestados pela Telefônica Global Technology;
  - Infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviços de conexão, prestados pela Telxius Cable Brasil, Telefônica International Wholesale Services Espanha e Telefônica USA, Telefônica International Wholesale Services Brasil (anteriormente Média Net Brasil);
  - Operações com empresas do Grupo Telefônica, referentes a compra de conteúdo de *internet*, veiculação de publicidade e serviços de auditoria de audiência;
  - Serviços de *marketing* prestados pelas empresas do Grupo Telefônica;
  - Serviços de acesso à informação através da rede de comunicações eletrônicas, prestados pela Telefônica de Espanha;
  - Serviços de comunicação de dados e soluções integradas, prestados para Telefônica International Wholesale Services e Telefônica USA;
  - Serviços de chamada de longa distância e de *roaming* internacional, prestados por empresas do Grupo Telefônica;
  - Reembolso de despesas e gastos diversos pela Companhia a serem reembolsados pelas empresas do Grupo Telefônica;
  - Brand Fee, pela cessão de uso de direitos da marca pagos à Telefônica;
  - Plataforma de serviços de saúde prestados pela Axismed.
  - Cost Sharing Agreement*, reembolso de gastos referente ao negócio digital para a empresa Telefônica Digital;
  - Aluguel de prédios a empresas do Grupo Telefônica;
  - Financial Clearing House Roaming*, ingressos de fundos para pagamentos e recebimentos derivados da operação de *roaming* entre empresas do Grupo Telefônica pela Telifisa;
  - Soluções integrais de aprendizagem *on-line* para a educação e formação em modalidade *e-learning* prestados pela Telefônica Serviços de Ensino;
  - Serviços de *factoring*, linha de financiamento para os serviços prestados pelos fornecedores do Grupo Telefônica;
  - Investimento Social a Fundação Telefônica, utiliza tecnologias de forma inovadora para potencializar a aprendizagem e o conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e social;
  - Contratos de cessão de direito de uso de rede de dutos, serviços de locação de dutos para fibra ótica, contratos de ocupação de faixa de domínio com diversas concessionárias de rodovias prestados pela Companhia AIX;
  - Plataforma Adquire Sourcing, solução *on-line* para a negociação de compra e venda de todo tipo de bens e serviços prestado pela Telefônica Compras Eletrônicas;
  - Mídia Digital serviços de comercialização e exploração de *marketing* digital *in-store* e *outdoor* prestados pela Telefônica On The Spot Soluções Digitais Brasil;
  - Operações de torres entre Telefônica Brasil e Telxius Torres Brasil;
  - Valores a serem ressarcidos pela SPTE em decorrência de cláusula contratual da compra de participação societária do Terra Networks Brasil;
  - Venda de produtos digitais, criação de um canal de banda exclusivo que responde à demanda comercial por esses serviços e produtos digitais;
  - Serviços de hospedagem, habitação e soluções de telecomunicações para o mercado corporativo prestados pela Acens;
  - Serviços de consultoria, suporte técnico, importação e exportação de mercadorias com a empresa Telefônica Engenharia de Seguridade;
  - Negociações com fornecedores nas diferentes categorias globais prestados pela Telefônica Global Services GmbH;
- Conforme descrito na nota 30, a Companhia e suas controladas são patrocinadoras de planos de previdência e outros benefícios pós-emprego aos seus empregados junto à Visão Prev e Sistel.
- A seguir, apresentamos um sumário dos saldos consolidados com partes relacionadas:

Empresas Controladoras	Natureza da transação	Balanço Patrimonial - Ativo					
		31.12.19		31.12.18			
		Caixa e equivalentes de caixa	Outros ativos e despesas antecipadas	Caixa e equivalentes de caixa	Outros ativos		
SP Telecomunicações Participações	d) / l)	-	6	4.924	-	-	10.083
Telefônica LatinoAmerica Holding	l)	-	-	40.105	-	-	60.387
Telefônica	l) / z)	-	10.873	2.555	-	9.300	29.275
		-	<b>10.879</b>	<b>47.584</b>	-	<b>9.300</b>	<b>100.227</b>
<b>Outras empresas do grupo</b>							
Colombia Telecomunicaciones	k) / l)	-	159	520	-	1.334	520
Telefônica International Wholesale Services	a) / d) / l) / p)	-	1.961	3.602	-	903	4.051
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	-	1.688	-	-	20.877	-
Telefônica Venezuelana	k)	-	6.498	2.196	-	5.926	2.196
Telefônica Digital España	g) / l)	-	696	300	-	197	294
Telefônica Factoring do Brasil	a) / d) / l) / s)	-	2.782	45	-	6.360	133
Telefônica Infraestrutura e Segurança (anteriormente Telefônica Inteligência e Segurança Brasil)	a) / d) / l)	-	-	-	-	800	986
Telefônica International Wholesale Services Espanha	j) / k)	-	58.490	-	-	46.537	-
Telefônica Serviços de Ensino	a) / p)	-	153	14	-	286	-
Telefônica Moviles Argentina	k)	-	5.145	-	-	5.074	-
Telefônica Moviles Espanha	k)	-	1.536	-	-	7.576	-
Telefônica USA	j)	-	5.319	-	-	9.005	-
Telifisa Global BV	q)	59.657	-	-	46.755	-	-
Telxius Cable Brasil	a) / d) / l) / p)	-	11.382	5.100	-	11.628	5.295
Telxius Torres Brasil	d) / p) / x)	-	5.429	6.611	-	6.776	4.268
Terra Networks Chile, Terra Networks México, Terra Networks Perú, Terra Networks Argentina e Terra Networks Colômbia	g) / h)	-	5.598	-	-	5.341	-
Outras	a) / d) / k) / l) / p) / bb)	-	12.189	2.732	-	10.894	2.806
		-	<b>59.657</b>	<b>119.025</b>	<b>21.120</b>	<b>46.755</b>	<b>139.514</b>
		-	<b>59.657</b>	<b>129.904</b>	<b>68.704</b>	<b>46.755</b>	<b>148.814</b>
		-	-	5.000	-	-	-
		-	129.904	-	-	148.814	-
		-	-	3.738	-	-	-
		-	-	64.471	-	-	114.715
		-	-	495	-	-	6.061
Balanço Patrimonial - Passivo							
		31.12.19		31.12.18			
Natureza da transação		Fornecedores e contas a pagar	Outros passivos e arrendamentos	Fornecedores e contas a pagar	Outros passivos		
SP Telecomunicações Participações	l) / y)	-	23.524	-	21.901	-	-
Telefônica	l) / m)	2.907	40	687	1.393	-	-
		<b>2.907</b>	<b>23.564</b>	<b>687</b>	<b>23.294</b>	-	-
<b>Outras empresas do grupo</b>							
Colombia Telecomunicaciones	k)	816	-	1.056	-	-	-
Fundação Telefônica	l)	-	86	-	82	-	-
Média Networks Latina America SAC	b)	9.245	-	10.212	-	-	-
Telefônica International Wholesale Services	f)	44.835	318	44.693	318	-	-
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	f)	5.000	-	5.706	-	-	-
Telefônica Venezuelana	k)	6.044	-	5.410	-	-	-
Telefônica Compras Eletrônicas	v)	28.169	-	32.582	-	-	-
Telefônica Digital España	o)	68.015	-	43.340	-	-	-
Telefônica Factoring do Brasil	l) / s)	-	4.057	-	2.770	-	-
Telefônica Global Technology	e)	28.854	-	28.750	-	-	-
Telefônica Infraestrutura e Segurança (anteriormente Telefônica Inteligência e Segurança Brasil)	c) / l)	-	-	52.184	27	-	-
Telefônica International Wholesale Services Espanha	f) / k)	66.976	-	26.097	-	-	-
Telefônica Serviços de Ensino	r)	8.373	-	25.518	-	-	-
Telefônica Moviles Argentina	k)	3.638	-	4.160	-	-	-
Telefônica Moviles Espanha	k)	3.488	-	5.233	-	-	-
Telefônica USA	f)	16.015	267	4.411	200	-	-
Telxius Cable Brasil	fm) / l)	47.168	1.572	39.662	2.067	-	-
Telxius Torres Brasil	x)	30.018	480.589	38.735	1.926	-	-
Terra Networks Chile, Terra Networks México, Terra Networks Perú, Terra Networks Argentina e Terra Networks Colômbia	h)	7.105	-	1.766	-	-	-
Outras	a) / d) / g) / k) / h) / l) / bb)	28.605	42	16.310	1.032	-	-
		<b>402.364</b>	<b>486.931</b>	<b>382.825</b>	<b>8.422</b>	-	-
		<b>405.271</b>	<b>510.495</b>	<b>383.512</b>	<b>31.716</b>	-	-
<b>Total</b>							
<b>Passivo circulante</b>							
Fornecedores (nota 15)		405.271	-	383.512	-	-	-
Arrendamento (nota 20)		-	480.381	-	-	-	-
Outros passivos (nota 22)		-	29.529	-	22.220	-	-
<b>Passivo não circulante</b>							
Outros passivos (nota 22)		-	585	-	9.496	-	-
Demonstração dos Resultados							
		2019		2018			
Natureza da transação		Receita operacional	Resultados operacionais	Receita operacional	Resultados operacionais		
SP Telecomunicações Participações	d) / l)	5	497	-	347	-	-
Telefônica LatinoAmerica Holding	l)	-	18.309	851	16.466	9.077	-
Telefônica	l) / m)	-	(422.958)	(5.226)	-	(373.690)	(16.680)
		<b>5</b>	<b>(404.152)</b>	<b>(4.375)</b>	<b>-</b>	<b>(356.877)</b>	<b>(7.603)</b>
<b>Outras empresas do grupo</b>							
Colombia Telecomunicaciones	k)	111	321	(17)	250	(4.280)	(2.145)
Companhia AIX de Participações	a) / u)	38	(24.174)	-	75	(22.645)	-
Fundação Telefônica	l) / t)	-	(11.971)	-	-	(12.223)	-
Telefônica International Wholesale Services	a) / d) / f) / l) / p)	757	(104.105)	(54)	2.006	(101.272)	-
Média Networks Latina America SAC	b)	-	(41.023)	(596)	-	(34.791)	(1.007)
Telefônica Serviços de Ensino	a) / p) / r)	1.005	(35.228)	-	1.158	(49.130)	-
T.O2 Germany GMBH CO. OHG	k)	1.083	489	1.845	148	(1.975)	-
Telefônica Compras Eletrônicas	v)	-	(30.814)	-	-	(34.534)	-
Telefônica Digital España	l) / o)	299	(127.182)	(3.016)	-	(124.537)	(813)
Telefônica Factoring do Brasil	a) / d) / l) / s)	2.418	239	(4.048)	2.416	212	2.601
Telefônica Global Technology	e) / l)	-	(63.947)	388	-	(36.738)	(4.134)
Telefônica Infraestrutura e Segurança (anteriormente Telefônica Inteligência e Segurança Brasil)	a) / c) / d) / l) / p)	591	(27.079)	-	1.568	(54.210)	-
Telefônica International Wholesale Services Espanha	f) / j) / k)	48.819	(75.693)	(4.128)	53.357	(64.036)	9.771
Telefônica Moviles Argentina	k)	4.030	(3.437)	90	5.916	(3.437)	-
Telefônica Moviles Espanha	k)	410	(1.737)	545	(209)	(4.166)	-
Telefônica USA	f) / j)	38	(19.793)	1.700	1.518	(19.441)	(539)
Telxius Cable Brasil	a) / d) / f) / l) / p)	13.585	(252.436)	(7.415)	49.777	(206.095)	(7.896)
Telxius Torres Brasil	d) / l) / p) / x)	3.652	756	(24.144)	3.218	(129.706)	-
Terra Networks Chile, Terra Networks México, Terra Networks Perú, Terra Networks Argentina e Terra Networks Colômbia	h)	2.535	(5.639)	567	-	(2.794)	1.450
Outras	a) / d) / g) / i) / k) / l) / n) / p) / w) / aa) / bb) / cc)	6.269	(31.684)	588	4.840	(27.116)	(244)
		<b>84.537</b>	<b>(854.137)</b>	<b>(37.695)</b>	<b>126.038</b>	<b>(932.914)</b>	<b>(2.956)</b>
		<b>84.542</b>	<b>(1.258.289)</b>	<b>(42.070)</b>	<b>126.038</b>	<b>(1.289.791)</b>	<b>(10.559)</b>

## b) Remuneração dos administradores

O montante de remuneração (consolidado) pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi de R\$25.483 e R\$26.431, respectivamente. Destes montantes, R\$16.758 (R\$17.493 em 31 de dezembro de 2018) correspondem a salários, benefícios e encargos sociais e R\$8.725 (R\$8.938 em 31 de dezembro de 2018) a remuneração variável.

Estes montantes foram contabilizados como despesas de pessoal no grupo de Despesas Gerais e Administrativas (nota 25). Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

## 29 PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

## a) Política contábil

A Companhia e suas controladas mensuram o custo de transações liquidadas com ações emitidas pela controladora (Telefônica), para seus dirigentes e empregados. O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base em modelo binomial de precificação das opções que considera o prazo e condições da concessão dos instrumentos. Esse valor justo é debitado na demonstração dos resultados ao longo do período até a aquisição.

A Companhia e suas controladas reembolsam à Telefônica o valor justo do benefício entregue na data de concessão aos dirigentes e empregados.

## b) Informações sobre os planos de remuneração baseados em ações

A controladora da Companhia, Telefônica, mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações, os quais foram oferecidos também a dirigentes e empreg



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As contribuições aos planos Visão Telefônica e Visão Multi são: (i) contribuição básica e adicional, com contribuições efetuadas pelo participante e patrocinadora; e (ii) contribuição suplementar, esporádica e específica, com contribuição efetuada apenas pelo participante.

Além disso, o participante tem a possibilidade de escolher um dos cinco perfis de investimento para aplicar o seu saldo, são eles: superconservador, conservador, moderado, agressivo e agressivo renda fixa longo prazo.

c.3) **Informações consolidadas dos planos de previdência e de outros benefícios pós-emprego**

c.3.1) **Conciliação dos passivos (ativos), líquidos**

	31.12.19			31.12.18		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Valor presente de obrigação por benefício definido	2.429.478	2.016.614	4.446.092	2.011.355	1.313.157	3.324.512
Valor justo dos ativos dos planos	3.696.914	1.001.112	4.698.026	2.999.669	763.325	3.762.994
<b>Passivo (ativo) líquido</b>	<b>(1.267.436)</b>	<b>1.015.502</b>	<b>(251.934)</b>	<b>(988.314)</b>	<b>549.832</b>	<b>(438.482)</b>
Limitador dos ativos	1.128.691	57.371	1.186.062	1.056.682	50.281	1.106.963
<b>Ativo circulante</b>	<b>(71.776)</b>	<b>-</b>	<b>(71.776)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>(149.163)</b>	<b>-</b>	<b>(149.163)</b>	<b>(10.997)</b>	<b>-</b>	<b>(10.997)</b>
<b>Passivo circulante</b>	<b>6.937</b>	<b>18.620</b>	<b>25.557</b>	<b>8.114</b>	<b>11.553</b>	<b>19.667</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>75.257</b>	<b>1.054.253</b>	<b>1.129.510</b>	<b>71.251</b>	<b>588.560</b>	<b>659.811</b>

c.3.2) **Total de despesa reconhecida na demonstração dos resultados**

	2019			2018		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Custo do serviço corrente	3.155	16.293	19.448	2.931	13.722	16.653
Juros líquidos sobre o ativo/passivo atuarial líquidos	5.713	56.612	62.325	6.074	45.892	51.966
<b>Total</b>	<b>8.868</b>	<b>72.905</b>	<b>81.773</b>	<b>9.005</b>	<b>59.614</b>	<b>68.619</b>

c.3.3) **Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes**

	2019			2018		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Ganhos (perdas) atuariais	(188.889)	412.416	223.527	(186.170)	184.527	(1.643)
Efeito limitador	(24.297)	2.430	(21.867)	188.259	(93.125)	95.134
<b>Total</b>	<b>(213.186)</b>	<b>414.846</b>	<b>201.660</b>	<b>2.089</b>	<b>91.402</b>	<b>93.491</b>

c.3.4) **Movimentação do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido**

	31.12.19			31.12.18		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
<b>Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido no início do exercício</b>	<b>68.368</b>	<b>600.113</b>	<b>668.481</b>	<b>67.148</b>	<b>454.957</b>	<b>522.105</b>
Combinação de negócios	-	1.994	1.994	-	-	-
Despesas no exercício	8.868	72.905	81.773	9.005	59.614	68.619
Contribuições das patrocinadoras	(8.776)	(16.985)	(25.761)	(9.874)	(5.860)	(15.734)
Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	(213.186)	414.846	201.660	2.089	91.402	93.491
Distribuição de reservas	5.981	-	5.981	-	-	-
<b>Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido ao final do exercício</b>	<b>(138.745)</b>	<b>1.072.873</b>	<b>934.128</b>	<b>68.368</b>	<b>600.113</b>	<b>668.481</b>
Ativo atuarial reconhecido no balanço	(220.939)	-	(220.939)	(10.997)	-	(10.997)
Passivo atuarial reconhecido no balanço	82.194	1.072.873	1.155.067	79.365	600.113	679.478

c.3.5) **Movimentação do passivo de benefício definido**

	31.12.19			31.12.18		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
<b>Passivo de benefício definido no início do exercício</b>	<b>2.011.355</b>	<b>1.313.157</b>	<b>3.324.512</b>	<b>1.861.651</b>	<b>1.050.576</b>	<b>2.912.227</b>
Obrigação assumida por aquisição de sociedade	-	1.994	1.994	-	-	-
Custo do serviço corrente	3.155	16.293	19.448	2.931	13.722	16.653
Juros sobre o passivo atuarial	175.695	121.088	296.783	173.842	103.617	277.459
Benefícios pagos	(165.929)	(53.724)	(219.653)	(136.916)	(37.838)	(174.754)
Contribuições de participantes vertidas	323	-	323	451	-	451
Perdas atuariais ajustadas pela experiência	93.699	226.928	320.627	80.126	64.278	144.404
Perdas (ganhos) atuariais ajustadas por premissas demográficas	-	(44.249)	(44.249)	-	46.122	46.122
Perdas atuariais ajustadas por premissas financeiras	311.180	435.127	746.307	29.270	72.680	101.950
<b>Passivo de benefício definido no final do exercício</b>	<b>2.429.478</b>	<b>2.016.614</b>	<b>4.446.092</b>	<b>2.011.355</b>	<b>1.313.157</b>	<b>3.324.512</b>

c.3.6) **Movimentação do valor justo dos ativos dos planos**

	31.12.19			31.12.18		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
<b>Valor justo dos ativos do plano no início do exercício</b>	<b>2.999.669</b>	<b>763.325</b>	<b>3.762.994</b>	<b>2.585.679</b>	<b>726.060</b>	<b>3.311.739</b>
Benefícios pagos	(159.001)	(36.774)	(195.775)	(128.991)	(32.011)	(161.002)
Contribuições de participantes vertidas	323	-	323	451	-	451
Contribuições de patrocinadoras vertidas	1.848	35	1.883	1.949	33	1.982
Receitas esperadas de juros sobre os ativos dos planos	266.287	69.137	335.424	245.014	70.690	315.704
Retorno sobre os ativos dos planos, acima das receitas de juros esperadas	593.769	205.389	799.158	295.567	(1.447)	294.120
Distribuição de reservas	(5.981)	-	(5.981)	-	-	-
<b>Valor justo dos ativos do plano no final do exercício</b>	<b>3.696.914</b>	<b>1.001.112</b>	<b>4.698.026</b>	<b>2.999.669</b>	<b>763.325</b>	<b>3.762.994</b>

c.3.7) **Movimentação do limitador de ativos**

	31.12.19			31.12.18		
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
<b>Limitador dos ativos no início do exercício</b>	<b>1.056.682</b>	<b>50.281</b>	<b>1.106.963</b>	<b>791.177</b>	<b>130.440</b>	<b>921.617</b>
Mudanças no efeito limitador de ativos, exceto juros	96.306	4.661	100.967	77.246	12.966	90.212
Mudanças no efeito limitador de ativos, exceto juros	(24.297)	2.429	(21.868)	188.259	(93.125)	95.134
<b>Limitador dos ativos ao final do exercício</b>	<b>1.128.691</b>	<b>57.371</b>	<b>1.186.062</b>	<b>1.056.682</b>	<b>50.281</b>	<b>1.106.963</b>

c.3.8) **Resultados previstos para o exercício de 2020**

	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Custo do serviço corrente	3.037	26.575	29.612
Juros líquidos sobre o valor do passivo/ativo de benefício definido líquido	(10.386)	82.150	71.764
<b>Total</b>	<b>(7.349)</b>	<b>108.725</b>	<b>101.376</b>

c.3.9) **Contribuições das patrocinadoras previstas para o exercício de 2020**

	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Custo do serviço corrente	2.189	6.937	9.126
Juros líquidos sobre o valor do passivo/ativo de benefício definido líquido	38	18.630	18.668
<b>Total</b>	<b>2.227</b>	<b>25.567</b>	<b>27.794</b>

c.3.10) **Duração média ponderada da obrigação de benefício definido**

	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego
No exercício de 2019	8,3 anos	18,1 anos
No exercício de 2018	7,8 anos	16,5 anos

c.3.11) **Premissas atuariais**

	31.12.19			31.12.18	
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego		Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego
Taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido	Visão: 6,6% PBS-A e Telefônica BD: 7,2% CTB: 7,0% CTB e PBS-A: N/A	Visão: 6,6% PAMA e PCE: 7,4% Lei 9.656/98: 7,5%			
Taxa de crescimento salarial futuro	Visão e Telefônica BD: 5,5%	N/A			
Taxa de crescimento dos custos médicos	N/A	6,9%			
Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	3,8%	N/A			
Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	N/A	N/A	Participantes do sexo feminino: 59 anos	Participantes do sexo masculino: 63 anos	Participantes do sexo feminino: 59 anos
Idade prevista para aposentadoria	PBS-A, CTB e Telefônica BD: 57 anos	Visão: 60 anos	Participantes do sexo masculino: 59 anos	Participantes do sexo feminino: 63 anos	Participantes do sexo masculino: 63 anos
Tábua de mortalidade de válidos	PBS-A, CTB e Telefônica BD: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	Visão: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%		
Tábua de mortalidade de inválidos	PBS-A, CTB e Telefônica BD: RP-2000 Disabled Feminina, suavizada em 40%	Visão: N/A	RP-2000 Disabled Feminina, suavizada em 40%		
Tábua de entrada em invalidez	Visão: Light-Fraca, suavizada em 30% PBS-A, CTB e Telefônica BD: N/A	Light-Forte PAMA e PCE: N/A			
Rotatividade	Visão: Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)	Lei 9.656/98: Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)			

	31.12.18			31.12.17	
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego		Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego
Taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido	Visão: 9,0% PBS-A e CTB: 9,1% Telefônica BD: 9,2% CTB e PBS-A: N/A	Visão: 9,0% PAMA e PCE: N/A			
Taxa de crescimento salarial futuro	Visão e Telefônica BD: 5,7%	N/A			
Taxa de crescimento dos custos médicos	N/A	7,1%			
Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	4,0%	N/A			
Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	N/A	N/A	Elegibilidade dos benefícios de 100% aos 57 anos		
Idade prevista para aposentadoria	PBS-A, CTB e Telefônica BD: 57 anos	Visão: 60 anos	57 anos		
Tábua de mortalidade de válidos	PBS-A, CTB e Telefônica BD: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	Visão: AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%		
Tábua de mortalidade de inválidos	PBS-A, CTB e Telefônica BD: RP-2000 Disabled Feminina, suavizada em 40%	Visão: N/A	RP-2000 Disabled Feminina, suavizada em 40%		
Tábua de entrada em invalidez	Visão: Light-Fraca, suavizada em 30% PBS-A, CTB e Telefônica BD: N/A	Light-Forte PAMA e PCE: N/A			
Rotatividade	Visão: Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)	Lei 9.656/98: Experiência pela rotatividade observada nos planos Visão (2015 a 2017)			

Além das premissas apresentadas nos quadros acima, para 2019 e 2018 foram adotadas outras premissas comuns a todos os planos, como segue: (i) taxa de inflação de longo prazo: 3,8%; e (ii) agravamento anual na utilização dos serviços médicos conforme a idade: 4,0%.

c.3.12) **Mudanças em premissas atuariais em relação ao exercício anterior**

Com o intuito de adequar algumas premissas atuariais à realidade econômica e financeira, foi realizado estudo de aderência para os planos administrados pela Visão Prev e Sistel, as quais aprovaram a definição das premissas em seus Conselhos Deliberativos.

As principais premissas econômicas e financeiras que sofreram alterações em relação ao exercício anterior e que interferem no passivo de benefício definido são: (i) taxas para desconto a valor presente do passivo de benefício definido; (ii) taxa de inflação de longo prazo; (iii) taxa de crescimento salarial futuro; (iv) taxa de crescimento dos custos médicos; e (v) índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários.

A seguir, apresentamos os impactos sobre o passivo de benefício definido dos planos em função da nova definição das premissas atuariais:

	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Passivo de benefício definido, com base nas premissas atuariais do exercício corrente	2.429.478	2.016.614	4.446.092
Passivo de benefício definido, com base nas premissas atuariais do exercício anterior	2.118.297	1.625.737	3.744.034
<b>Varição observada pela alteração das premissas atuariais</b>	<b>311.181</b>	<b>390.877</b>	<b>702.058</b>

c.3.13) **Análise de sensibilidade de premissas atuariais**

A Companhia julga que as premissas atuariais significativas, com possibilidade razoável de variações frente aos cenários demográficos e econômicos, e que poderiam alterar significativamente o montante da obrigação de benefício definido são a taxa de desconto utilizada para ajustar a valor presente do passivo de benefício definido e a taxa de crescimento dos custos médicos.

A seguir, apresentamos análise de sensibilidade sobre a obrigação de benefício definido para os cenários de aumento de 0,5% e redução de 0,5% na taxa de desconto utilizada para ajuste a valor presente do passivo de benefício definido:

	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Passivo de benefício definido, descontado a valor presente pela taxa atual	2.429.478	2.016.614	4.446.092
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa aumentada em 0,5%	2.331.330	1.860.204	4.191.534
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa reduzida em 0,5%	2.536.178	2.193.844	4.730.022

A seguir, apresentamos análise de sensibilidade sobre a obrigação de benefício definido para os cenários de aumento de 1% e redução de 1% na taxa de crescimento dos custos médicos:

	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Total
Passivo de benefício definido, projetado pela taxa de crescimento dos custos médicos atual	2.429.478	2.016.614	4.446.092
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa aumentada em 1%	2.429.478	2.384.419	4.813.897
Passivo de benefício definido, considerando-se uma taxa reduzida em 1%	2.429.478	1.724.584	4.154.062

c.3.14) **Alocação dos ativos dos planos**

	31.12.19		31.12.18	
	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego	Planos de previdência pós-emprego	Planos de benefícios de saúde pós-emprego
<b>Investimentos com valor de mercado cotados em mercado ativo:</b>				
<b>Investimentos em renda fixa</b>				
Nota do Tesouro Nacional (NTN)	3.067.926	940.144	2.437.547	702.946
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	270.676	60.968	177.319	60.379
Operações Compromissadas	172.895	-	196.830	-
Debêntures	16.818	-	13.487	-
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	14.238	-	12.556	-
Cotas FIDC / Outros	24.517	-	2.356	-
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	282	-	462	-
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	232	-
<b>Investimentos em renda variável</b>				



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na B3, sendo classificados como *swaps*, usualmente, não requerendo depósitos de margem.

Descrição	Consolidado			
	Valor de referência		Efeito acumulado do valor justo	
	31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18
<b>Contratos de swaps</b>				
<b>Ponta Ativa</b>	<b>515.261</b>	<b>1.184.064</b>	<b>72.163</b>	<b>95.533</b>
Moeda estrangeira	72.790	335.194	-	50.536
US\$ (1) (2)	72.790	241.332	-	24.608
EUR (2)	-	51.971	-	-
LIBOR US\$ (1)	-	41.891	-	25.928
Taxa pós	369.491	699.595	1.818	7.737
CDI (1) (2)	369.491	554.336	1.818	-
TJLP (4)	-	145.259	-	7.737
<b>Índices de inflação</b>	<b>72.980</b>	<b>149.275</b>	<b>70.345</b>	<b>37.260</b>
IPCA (3) (5)	72.980	149.275	70.345	37.260
<b>Ponta Passiva</b>	<b>(515.261)</b>	<b>(1.184.064)</b>	<b>(56.133)</b>	<b>(39.383)</b>
Taxa pós	(145.770)	(608.782)	(56.133)	(24.916)
CDI (1) (2) (3) (4) (5)	(145.770)	(608.782)	(56.133)	(24.916)
Moeda estrangeira	(369.491)	(575.282)	-	(14.467)
US\$ (2)	(365.161)	(439.103)	-	(9.396)
EUR (1) (2)	(4.330)	(115.233)	-	(222)
LIBOR US\$ (1)	-	(20.946)	-	(4.849)
<b>Ponta ativa</b>	<b>72.163</b>	<b>95.533</b>		
Circulante	19.282	69.065		
Não Circulante	52.881	26.468		
<b>Ponta passiva</b>	<b>(56.133)</b>	<b>(39.383)</b>		
Circulante	(1.921)	(16.538)		
Não Circulante	(54.212)	(22.845)		
<b>Valores a receber, líquidos</b>	<b>16.030</b>	<b>56.150</b>		

- Swap de moeda estrangeira (dólar e libor) x CDI - operações de *swap* contratadas com vencimentos até julho de 2019, de acordo com os vencimentos da dívida, com o objetivo de proteger risco de variação cambial da operação de empréstimos em dólar da Companhia.
- Swap de moeda estrangeira (euro e CDI x euro) (R\$4.334) e (dólar e CDI x dólar) (R\$292.347) - operações de *swap* contratadas com vencimentos até 30 de janeiro de 2020, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores líquidos a pagar (valor contábil de R\$3.806 em euro e libra) e a receber (valor contábil de R\$292.347 em dólar).
- Swap IPCA x CDI com o objetivo de proteger o fluxo idêntico ao das debêntures (4ª emissão - 3ª série) indexadas ao IPCA, quitada em 15 de outubro de 2019.
- Swap TJLP x CDI - operações de *swap* contratadas com vencimentos até julho de 2019 com o objetivo de proteger o risco de variação da TJLP da operação de empréstimo com o BNDES.
- Swap IPCA x CDI (R\$262.817) - operações de *swap* contratadas com vencimentos em 2033 com o objetivo de proteger o risco de variação do IPCA (valor contábil de R\$319.550).

A seguir, apresentamos a distribuição dos vencimentos dos contratos de *swap* e opções em 31 de dezembro de 2019:

Contrato de swap	Vencimento em				Valor a receber (pagar) em 31.12.19
	2020	2021	2022	2023 em diante	
Moeda Estrangeira x CDI	(1.921)	-	-	-	(1.921)
CDI x Moeda Estrangeira	1.818	-	-	-	1.818
IPCA x CDI	17.464	3.239	3.507	(8.077)	16.133
<b>Total</b>	<b>17.361</b>	<b>3.239</b>	<b>3.507</b>	<b>(8.077)</b>	<b>16.030</b>

Para fins de preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo para os seus *swaps* de moeda estrangeira x CDI e IPCA x CDI destinados à cobertura de dívida financeira. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorados pelo seu valor justo.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os instrumentos financeiros derivativos geraram resultado positivo consolidado (líquido) de R\$51.963 e R\$10.788, respectivamente (nota 27).

## c.2) Análise de sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

Nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475/08 as companhias abertas devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da B3, assim como dados disponíveis no IBGE, Banco Central, FGV, entre outros. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos já apresentados anteriormente. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Como a Companhia possui somente instrumentos financeiros derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulga a seguir a exposição líquida consolidada em cada um dos três cenários mencionados em 31 de dezembro de 2019.

Operação	Consolidado			
	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%	
<b>Hedge (ponta passiva)</b>				
Derivativos (Risco desvalorização EUR)	(4.334)	(5.418)	(6.501)	
Dívida (Risco valorização EUR)	(25.633)	(32.041)	(38.449)	
Contas a receber em EUR	29.439	36.799	44.158	
<b>Exposição Líquida</b>	<b>(528)</b>	<b>(660)</b>	<b>(792)</b>	
<b>Hedge (ponta passiva)</b>				
Derivativos (Risco desvalorização US\$)	(292.347)	(365.433)	(438.520)	
Dívida (Risco valorização US\$)	(185.022)	(231.277)	(277.532)	
Contas a receber em US\$	477.369	596.710	716.052	
<b>Exposição Líquida</b>	<b>(56.733)</b>	<b>(56.733)</b>	<b>(56.733)</b>	
<b>Hedge (ponta ativa)</b>				
Derivativos (Risco queda IPCA)	262.817	250.228	238.939	
Dívidas (Risco aumento IPCA)	(319.550)	(306.961)	(295.672)	
<b>Exposição Líquida</b>	<b>(56.733)</b>	<b>(56.733)</b>	<b>(56.733)</b>	
<b>Hedge (ponta CDI)</b>				
Derivativos (Risco queda CDI)	(295.777)	(295.547)	(295.320)	
Derivativos (Risco aumento CDI)	(262.817)	(250.228)	(238.939)	
<b>Exposição líquida total em cada cenário</b>	<b>(558.594)</b>	<b>(545.775)</b>	<b>(534.259)</b>	
<b>Efeito líquido na variação do valor justo atual</b>	<b>(615.855)</b>	<b>(603.168)</b>	<b>(591.784)</b>	
<b>Total</b>	<b>24.071</b>	<b>24.071</b>	<b>24.071</b>	

As premissas utilizadas pela Companhia para a análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2019 foram as seguintes:

Variável de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
US\$	4,0307	5,0384	6,0461
EUR	4,5102	5,6377	6,7652
IPCA	4,05%	5,06%	6,07%
IGPM	3,37%	4,21%	5,05%
CDI	6,42%	8,03%	9,63%

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os instrumentos financeiros derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de *hedge* de valor justo também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 31 de dezembro de 2019, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

## d) Valor justo

A Companhia e suas controladas avaliaram seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas a cada tipo de instrumento. Entretanto, tanto as interpretações dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

O valor justo para todos os ativos e passivos é categorizado dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1: preços de mercado cotados (não ajustados) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;  
Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e  
Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não houve transferências entre avaliações de valor justo de nível 3 e níveis 1 e 2.

## e) Classificação dos ativos e passivos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

Os quadros a seguir apresentam a composição e classificação dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Ativos Financeiros	Controladora	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo		Saldo contábil		Valor justo	
			31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18		
<b>Circulante</b>								
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)		Custo amortizado	3.106.269	3.275.300	3.106.269	3.275.300		
Contas a receber (nota 4)		Custo amortizado	8.675.720	8.246.991	8.675.720	8.246.991		
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)		Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	19.282	69.065	19.282	69.065	
<b>Não Circulante</b>								
Aplicações financeiras em garantia		Custo amortizado	63.558	76.717	63.558	76.717		
Contas a receber (nota 4)		Custo amortizado	440.453	426.252	440.453	426.252		
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)		Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	52.881	26.468	52.881	26.468	
<b>Total de ativos financeiros</b>			<b>12.358.163</b>	<b>12.120.793</b>	<b>12.358.163</b>	<b>12.120.793</b>		
<b>Passivos Financeiros</b>								
<b>Circulante</b>								
Fornecedores (nota 16)		Custo amortizado	6.917.252	7.746.133	6.917.252	7.746.133		
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 20)		Custo amortizado	1.019.497	1.076.451	1.021.245	1.135.732		
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 20)		Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	2.029.246	263.754	2.029.246	263.754	
Debêntures (nota 20)		Custo amortizado	1.077.183	82.840	1.104.539	237.144		
Debêntures (nota 20)		Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	-	41.121	-	41.121	
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)		Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	1.921	15.936	1.921	15.936	
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)		Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	-	222	-	222	
<b>Não Circulante</b>								
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 20)		Custo amortizado	24.951	817.908	23.966	796.481		
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 20)		Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	7.161.875	341.728	7.161.875	341.728	
Contraprestação contingente (nota 20)		Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	484.048	465.686	484.048	465.686	
Debêntures (nota 20)		Custo amortizado	2.027.167	3.049.949	1.948.705	2.866.981		
Debêntures (nota 20)		Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	54.212	22.845	54.212	22.845	
<b>Total de passivos financeiros</b>			<b>20.797.352</b>	<b>13.924.573</b>	<b>20.747.009</b>	<b>13.933.763</b>		

Ativos Financeiros	Controladora	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo		Saldo contábil		Valor justo	
			31.12.19	31.12.18	31.12.19	31.12.18		
<b>Circulante</b>								
Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)		Custo amortizado	3.393.377	3.381.328	3.393.377	3.381.328		
Contas a receber (nota 4)		Custo amortizado	8.719.497	8.304.382	8.719.497	8.304.382		
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)		Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	19.282	69.065	19.282	69.065	
<b>Não Circulante</b>								
Aplicações financeiras em garantia		Custo amortizado	63.766	76.934	63.766	76.934		
Contas a receber (nota 4)		Custo amortizado	440.453	426.252	440.453	426.252		
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)		Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	52.881	26.468	52.881	26.468	
<b>Total de ativos financeiros</b>			<b>12.689.256</b>	<b>12.284.429</b>	<b>12.689.256</b>	<b>12.284.429</b>		
<b>Passivos Financeiros</b>								
<b>Circulante</b>								
Fornecedores (nota 16)		Custo amortizado	6.871.799	7.642.782	6.871.799	7.642.782		
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 20)		Custo amortizado	1.020.061	1.076.451	1.021.810	1.135.732		
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 20)		Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	2.029.246	263.754	2.029.246	263.754	
Debêntures (nota 20)		Custo amortizado	1.077.183	82.840	1.104.539	237.144		
Debêntures (nota 20)		Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	-	41.121	-	41.121	
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)		Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	1.921	15.936	1.921	15.936	
Instrumentos financeiros derivativos (nota 31)		Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	-	222	-	222	
<b>Não Circulante</b>								
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 20)		Custo amortizado	25.093	817.908	24.106	796.481		
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos (nota 20)		Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	7.161.875	341.728	7.161.875	341.728	
Contraprestação contingente (nota 20)		Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	484.048	465.686	484.048	465.686	
Debêntures (nota 20)		Custo amortizado	2.027.167	3.049.949	1.948.705	2.866.981		
Debêntures (nota 20)		Mensurado a valor justo através do resultado abrangente	Nível 2	54.212	22.845	54.212	22.845	
<b>Total de passivos financeiros</b>			<b>20.752.605</b>	<b>13.821.602</b>	<b>20.702.261</b>	<b>13.830.792</b>		

## f) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de debêntures e a contratação de instrumentos financeiros derivativos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida os saldos de: empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos, contraprestação contingente e instrumentos financeiros derivativos, deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras em garantia ao financiamento do BNB e ativo garantidor do passivo de contraprestação contingente.

Os índices de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

	Consolidado	
	31.12.19	31.12.18
Caixa e equivalentes de caixa	3.393.377	3.381.328
Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos e contraprestação contingente (1)	(13.824.673)	(6.139.437)
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	16.030	56.150
Aplicações financeiras em garantia à dívida	13.212	12.473
Ativo garantidor da contraprestação contingente	484.048	465.686
<b>Endividamento líquido</b>	<b>9.918.006</b>	<b>2.223.800</b>
Patrimônio líquido	70.455.578	71.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018** (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**35 EVENTOS SUBSEQUENTES****a) Auto de infração da Receita Federal do Brasil (“RFB”) contra a Companhia**

Em 3 de fevereiro de 2020, a RFB lavrou auto de infração contra a Companhia, no valor de R\$983.487, alegando insuficiência de recolhimento de imposto de renda na fonte sobre ganho de capital incidente na venda do Grupo GVT à Companhia. Embora a avaliação preliminar seja que não tenha havido insuficiência no recolhimento do referido tributo, a Companhia está protegida por cláusula de indenização existente no contrato de compra e venda firmado com o vendedor, com relação a quaisquer perdas relacionadas ao imposto de renda na fonte sobre ganho de capital do Grupo GVT em dita transação.

**b) Alienação de torres da Companhia**

Em 7 de fevereiro de 2020, a Companhia concluiu a operação de alienação de 1.909 estruturas (rooftops e torres) de sua propriedade para a Telxius Torres Brasil Ltda., controlada indireta da Telefônica S.A., pelo valor total de R\$641 milhões. A conclusão se deu após o cumprimento de todas as condições suspensivas comuns a este tipo de operação, incluindo sua aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

**c) Juros sobre o capital próprio intermediários**

Em reunião realizada em 14 de fevereiro de 2020, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas a ser realizada em 2021, o crédito de juros sobre o capital próprio, relativo ao exercício social de 2020, nos termos do artigo 28 do Estatuto Social da Companhia, do artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e da Deliberação CVM nº 638/12, no montante bruto de R\$270.000, equivalente a 0,149942770587 por ação ordinária e 0,16494247646 por ação preferencial, correspondendo a um valor líquido de imposto de renda na fonte de R\$229.500, equivalente a 0,12745554999 por ação ordinária e 0,14020110499 por ação preferencial, apurados com base no balanço patrimonial de 31 de janeiro de 2020.

O pagamento destes proventos será realizado até o final do exercício social de 2021, em data a ser definida pela Diretoria e comunicada oportunamente ao mercado, sendo creditados individualmente aos acionistas, obedecida a posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 28 de fevereiro de 2020.

**DIRETORIA**

<b>Christian Mauad Gebara</b> Diretor Presidente	<b>David Melcon Sanchez-Friera</b> Diretor de Finanças e Relações com Investidores	<b>Breno Rodrigo Pacheco de Oliveira</b> Secretário Geral e Diretor Jurídico
<b>Carlos Cesar Mazur</b> Contador - CRC - IPR-028067		

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Telefônica Brasil S.A. (“Companhia” ou “Telefônica Brasil”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 (“**Demonstrações Financeiras Anuais de 2019**”), bem como da Proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2020, incluindo o relatório de execução do orçamento de 2019 e da Proposta de Destinação do Resultado do exercício social de 2019 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Telefônica Brasil e pela PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, favoravelmente a tais documentos, bem como que os mesmos refletem adequadamente as posições patrimonial e financeira da Companhia em todos os aspectos relevantes, e recomendam a submissão de tais documentos à Assembleia Geral Ordinária da Telefônica Brasil, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2020.

<b>Flavio Stamm</b> Conselheiro Fiscal (efetivo)	<b>Cremênio Medola Netto</b> Conselheiro Fiscal (efetivo)	<b>Charles Edwards Allen</b> Conselheiro Fiscal (efetivo)
---	--	--

**PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Os membros do Conselho de Administração da Telefônica Brasil S.A. (“Companhia” ou “Telefônica Brasil”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações e no seu Estatuto Social, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 (“**Demonstrações Financeiras Anuais de 2019**”), bem como da Proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2020, incluindo o relatório de execução do orçamento de 2019 e da Proposta de Destinação do Resultado do exercício de 2019 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Telefônica Brasil, pela PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes e parecer favorável dos Conselheiros Fiscais e dos membros do Comitê de Auditoria e Controle, opinam, por unanimidade, favoravelmente a tais documentos, bem como que os mesmos refletem adequadamente as posições patrimonial e financeira da Companhia em todos os aspectos relevantes, e determinam o encaminhamento de tais documentos para aprovação da Assembleia Geral Ordinária da Telefônica Brasil, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2020.

<b>Eduardo Navarro de Carvalho</b> Presidente do Conselho de Administração	<b>Antonio Carlos Valente da Silva</b> Conselheiro de Administração	<b>Luiz Fernando Furlan</b> Conselheiro de Administração	<b>Sonia Julia Sulzbeck Villalobos</b> Conselheira de Administração
<b>Julio Esteban Linares Lopez</b> Conselheiro de Administração	<b>José Maria Del Rey Osorio</b> Conselheiro de Administração	<b>Francisco Javier de Paz Mancho</b> Conselheiro de Administração	<b>Claudia Maria Costin</b> Conselheira de Administração
<b>Ana Theresa Masetti Borsari</b> Conselheira de Administração	<b>Luis Miguel Gilpérez Lopez</b> Conselheiro de Administração	<b>Christian Mauad Gebara</b> Conselheiro de Administração	<b>Narcis Serra Serra</b> Conselheiro de Administração

**PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA E CONTROLE**

Os membros do Comitê de Auditoria e Controle da Telefônica Brasil S.A. (“Companhia” ou “Telefônica Brasil”), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 (“**Demonstrações Financeiras Anuais de 2019**”), bem como da Proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2020, incluindo o relatório de execução do orçamento de 2019 e da Proposta de Destinação do Resultado do exercício social de 2019 e, considerando as informações prestadas pela Diretoria da Telefônica Brasil e pela PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, favoravelmente a tais documentos, bem como que os mesmos refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia em todos os aspectos relevantes, e recomendam a aprovação dos referidos documentos pelo Conselho de Administração da Telefônica Brasil e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 14 de fevereiro de 2020.

<b>José Maria Del Rey Osorio</b> Presidente do Comitê de Auditoria e Controle	<b>Julio Esteban Linares Lopez</b> Membro do Comitê de Auditoria e Controle	<b>Narcis Serra Serra</b> Membro do Comitê de Auditoria e Controle
--	--	---

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

Aos Administradores e Acionistas

**Telefônica Brasil S.A.****Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Telefônica Brasil S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Telefônica Brasil S.A. e suas controladas (“Consolidado”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Telefônica Brasil S.A. e da Telefônica Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas não apresentaram mudanças significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, assim como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do ano anterior, exceto pela inclusão do PAA sobre adoção inicial do CPC 06(R2)/IFRS 16, por se referir a um evento significativo do ano de 2019, e exclusão do PAA sobre “Impostos a recuperar de ação judicial transitada em julgado”, pois julgamos que, entre os assuntos comunicados aos responsáveis pela governança, esse deixou de ser um dos mais significativos na auditoria do exercício corrente.

<b>Porque é um PAA</b>	<b>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</b>
<b>Provisão para contingências tributárias e regulatórias</b>	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) Atualização de nosso entendimento e avaliação dos controles internos relevantes relacionados ao processo de identificação, mensuração, registro e divulgação de contingências. (b) Para as posições tributárias relacionadas a tributos sobre o lucro, nos reunimos com a administração para discutir e avaliar suas conclusões sobre os impactos de adoção inicial da Interpretação ICP 22/IFRIC 23, bem como entender os controles internos relacionados a identificação e monitoramento dos tratamentos fiscais incertos e mensuração e reconhecimento da obrigação, quando aplicável. (c) Obtenção de confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia para os processos tributários e regulatórios em andamento, bem como a respectiva avaliação pela administração dos valores e as probabilidades de perda. (d) Para selecionados processos tributários e regulatórios relevantes, com interpretações mais subjetivas e complexas, obtenção de segunda opinião, por meio da administração, da avaliação de especialistas renomados e independentes em relação às causas quanto aos prognósticos de perda, argumentos e/ou teses de defesa. (e) Nos reunimos com a administração e com os encarregados pela governança para discutir e avaliar, quando aplicável, as conclusões obtidas pela Companhia para as contingências mais relevantes. (f) Leitura da adequação das divulgações apresentadas em nota explicativa.
<b>Reconhecimento de receita</b>	Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação das provisões, bem como as divulgações efetuadas, estão consistentes com as posições dos assessores jurídicos.

**Reconhecimento de receita**

Conforme descrito na Nota 24 às demonstrações financeiras, a receita reconhecida pela Companhia e suas controladas foi de R\$ 44.268.171 mil em 31 de dezembro de 2019, decorrente de vários produtos vendidos e serviços de telecomunicações prestados.

O processo de reconhecimento de receita da Companhia é complexo, devido ao grande volume de transações e ampla gama de mercadorias/serviços que podem ser vendidos/prestados de forma separada ou agregada, em condições comerciais distintas. Além disso, há dependência significativa dos sistemas de informação e estrutura tecnológica, que inclui um grande número de aplicativos e sistemas.

Adicionalmente, o processo de reconhecimento de receita ao final de cada período considera determinados cálculos para mensuração da receita incorrida e ainda não faturada ao final do período. Eventual distorção nos referidos cálculos pode impactar de forma relevante as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.

Por essas razões, consideramos essa área como foco de nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

(a) Avaliação e teste dos controles internos relevantes relacionados ao processo de receita, incluindo os sistemas relevantes de Tecnologia da Informação (“TI”), execução de testes relacionados com a segurança da informação, gestão de acesso privilegiados e segregação de função com impacto sobre as demonstrações financeiras.  
(b) Testes de transações de receitas de vendas de serviços e mercadorias, em base amostral, inspecionando a correspondente documentação suporte.  
(c) Entendimento dos critérios adotados pela administração da Companhia e suas controladas para mensuração da receita incorrida e ainda não faturada no final do exercício.  
(d) Recálculo da estimativa da receita incorrida e ainda não faturada no final do exercício, bem como comparação de uma receita efetivamente faturada no mês subsequente após o fechamento.  
(e) Leitura das divulgações apresentadas em Nota Explicativa.

Como resultado da aplicação de nossos procedimentos, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela administração, proporcionaram uma base razoável de reconhecimento de receita e estão consistentes com as informações incluídas nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

(a) Entendimento e avaliação dos controles internos relevantes relacionados ao processo de captura dos contratos, identificação dos arrendamentos, monitoramento de alterações contratuais, mensuração, registro e divulgação dos arrendamentos.  
(b) Avaliação, com o apoio de nossos especialistas, das principais premissas utilizadas pela administração da Companhia para adoção inicial da referida norma, bem como dos expedientes práticos adotados permitidos pela norma.  
(c) Para uma amostra de contratos, efetuamos conferência de dados do arrendamento e recálculo de valores apurados.  
(d) Discussão das principais premissas e estimativas utilizadas pela administração para mensuração do passivo financeiro de arrendamento e o direito de uso dos ativos, bem como das contabilizações efetuadas, incluindo aspectos quantitativos e qualitativos.  
(e) Leitura das divulgações apresentadas em Nota Explicativa.

Com base nos procedimentos executados, consideramos que os julgamentos e as principais premissas e estimativas utilizadas pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

**Outros assuntos****Demonstrações do Valor Adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

**PricewaterhouseCoopers**  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 18 de fevereiro de 2020

Sérgio Eduardo Zamora  
Contador CRC 1SP168728/O-4